



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS DE GUARABIRA  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA**

**AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: cotas  
sociais na UEPB, cotas raciais na UFPB**

**SUZYELLE HENRIQUE DOS SANTOS**

**GUARABIRA – PB  
JUNHO/2015**

SUZYELLE HENRIQUE DOS SANTOS

**AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: cotas  
sociais na UEPB, cotas raciais na UFPB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC/Monografia) apresentado a Coordenação do Curso de História, da UEPB/Campus de Guarabira, como requisito parcial a obtenção do Grau de Licenciada em História, sob a orientação do Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas.

GUARABIRA – PB  
JUNHO/2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S237a Santos, Suzyelle Henrique dos  
Ações afirmativas no Ensino Superior [manuscrito] : cotas sociais na Uepb, cotas raciais na Ufpb. / Suzyelle Henrique dos Santos. - 2015.  
91 p.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2015.  
"Orientação: Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas, Departamento de História".

1. Ações afirmativas. 2. Igualdade. 3. Educação. I. Título.  
21. ed. CDD 900

Aos meus pais, Severina Henrique e Luiz Rodrigues que me impulsionaram a trilhar esse caminho e ficaram sempre ao meu lado, tornando essa trajetória mais amena. **Dedico.**

## **AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: cotas sociais na UEPB, cotas raciais na UFPB**


Trabalho de Conclusão de Curso- TCC apresentado a Coordenação do Curso de Graduação em História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB em cumprimento às exigências para obtenção do Grau de Licenciada em História.


Orientador: Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas

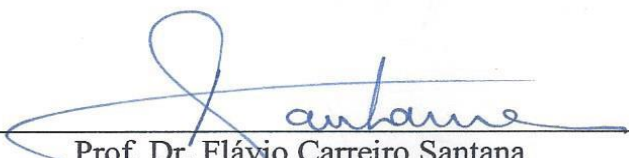
Área de concentração: História Cultural

Aprovada em: 19/06/15

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof. Dr. Flávio Carreiro Santana  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter permitido que realizasse esse sonho.

Ao Prof. Dr. Waldeci Ferreira de Chagas, pela orientação e pela sua dedicação ao partilhar sua sabedoria com sugestões precisas para a conclusão desse trabalho.

Aos meus familiares e amigos, em especial aos meus pais Severina e Luiz e ao meu irmão Suzyelson, pela paciência, incentivo e pelo carinho que tiveram comigo.

A minha prima Cíntia Natielle a quem sempre recorri nesse período de graduação diante das dúvidas.

A minha amiga Gabriela que me impulsionou a prestar vestibular.

Aos professores do curso de Licenciatura Plena em História que contribuíram para a minha formação, em especial a Professora Marisa Tayra (*In Memoriam*) que sempre me ajudou diante dos problemas que enfrentei nesse período da Graduação.

A minha querida turma 2011.1, pela amizade, a ajuda, o companheirismo e por tornarem essa trajetória mais agradável.

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar as ações afirmativas no ensino superior na Paraíba, em especial as cotas sociais na UEPB e as cotas raciais na UFPB tendo como ponto de partida, o papel do princípio da igualdade na sociedade brasileira, como ele se concretiza e se na realidade o mesmo proporciona a igualdade, tendo em vista, que a desigualdade social é uma das características marcantes do Brasil. Portanto, analisamos a posição de estudantes da UEPB, Campus de Guarabira as políticas de ações afirmativas em especial as cotas sociais e raciais, visto que nessa instituição as cotas são sociais. Para tanto, este trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, feita através de questionário aplicado aos estudantes da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III – Guarabira e dos seguintes cursos: Direito, História, Geografia, Letras e Pedagogia. Com base em Barreto (2014), Silva (2006), Moehlecke (2002), Munanga (2001), Costa (2012), Santos (2007), Carvalho (2004), Grynberg (2012), Tella (2012), Evangelista (2012) entre outros. A análise revelou as ações afirmativas sob a modalidade de cotas, como uma política de promoção dos indivíduos.

**Palavras-chave:** Ações afirmativas, Igualdade, Educação.

## LISTA DE SIGLAS

- AESP** – Associação dos estudantes secundaristas da Paraíba.
- BAMIDELÊ** – Organização das Mulheres Negras da Paraíba.
- CONSEPE** - Conselho Superior de Ensino e Pesquisa e Extensão.
- CONSUNI** - Conselho Universitário.
- CUT** - Central Única dos Trabalhadores.
- ENEM** - Exame Nacional de Ensino Médio.
- ESCS/DF** - Escola Superior da Ciências da saúde do Distrito Federal.
- GTEDEO** - Grupo de Trabalho para Eliminação de Discriminação de Emprego na Ocupação.
- GTI** - Grupo de Trabalho Interministerial.
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- MEC** - Ministério da Educação
- MPF** - Ministério Público Federal.
- NEABI** - Núcleo de estudo e pesquisa afro-brasileiro e indígena.
- PNDH** - Programa Nacional dos Direitos Humanos.
- PROGRAD** - Pró-Reitoria de Graduação.
- REUNI** - Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.
- SISU** - Sistema de Seleção Unificada.
- STF** - Supremo Tribunal Federal.
- UEA** - Universidade do Estado do Amazonas.
- UEFS** - Universidade Estadual de Freire de Santana.
- UEG** - Universidade Estadual de Goiás.
- UEL** - Universidade Estadual de Londrina.
- UEMG** - Universidade do Estado de Minas Gerais.
- UEMS** - Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul.
- UENF** - Universidade Estadual do Norte Fluminense.
- UEPB** - Universidade Estadual da Paraíba.
- UEPG** - Universidade Estadual de Ponta Grossa.
- UEPGS** - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.



**UEPI** - Universidade Estadual do Piauí.  
**UERJ** - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
**UESC** - Universidade Estadual de Santa Cruz.  
**UEZO** - Centro Universitário da Zona Oeste.  
**UFABC** - Universidade Federal ABC.  
**UFBA** - Universidade Federal da Bahia.  
**UFES** - Universidade Federal do Espírito Santo.  
**UFJF** - Universidade Federal de Juiz de fora.  
**UFPA** - Universidade Federal do Pará.  
**UFMA** - Universidade Federal do Maranhão.  
**UFPE** - Universidade Federal de Pernambuco.  
**UFPR** - Universidade Federal do Paraná.  
**UFRR** - Universidade Federal do Rio de Janeiro.  
**UFRRJ** - Universidade Federal do Rio de Janeiro.  
**UFRRS** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.  
**UFSC** - Universidade Federal de Santa Catarina.  
**UFSE** - Universidade Federal do Espírito Santo.  
**UFSP** - Universidade Federal de São Paulo.  
**UFV** - Universidade Federal de Viçosa.  
**UFVJM** - Universidade Federal de Juiz de Fora.  
**UFVPA** - Universidade Federal do Pará.  
**UFVU** - Universidade Federal de Viçosa.  
**UFZD** - Universidade Federal do Rio de Janeiro.  
**UNB** - Universidade de Brasília.  
**UNEB** - Universidade do Estado da Bahia.  
**UNEMAT** - Universidade do Estado do Mato Grosso.  
**UNIFESP** - Universidade federal de São Paulo.  
**UNIMONTES** - Universidade Estadual de Montes Claros.  
**UPE** - Universidade do Estado do Pernambuco.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. AS AÇÕES AFIRMATIVAS E O PRINCÍPIO DA IGUALDADE.....	12
2. AS COTAS RACIAIS NA PARAÍBA .....	24
3. AS AÇÕES AFIRMATIVAS NA UEPB.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS .....	51
ANEXOS.....	54

## INTRODUÇÃO

O artigo 5º da Constituição Federal Brasileira de 1988 assegura a todos os/as brasileiros/as o direito a igualdade, entretanto, esta lei não se concretiza, visto que, a desigualdade social impera no Brasil; essa desigualdade é fruto de diversos fatores, que foram construídos historicamente e que legitimaram a ascensão de determinados grupos sociais em detrimento a outros. Assim, padrões foram estabelecidos dentro da sociedade brasileira com base na cultura europeia (definindo-se comportamento, vestimentas, status de beleza entre outros), e os que não correspondem a perspectiva desses padrões passam a ser rejeitados e discriminados, ficando a margem da sociedade.

Diante desse quadro social tão desigual da sociedade brasileira, a igualdade material surge como forma de reparar essa situação e possibilitar a igualdade formal, por meio de medidas voltadas para a sua concretização, ou seja, a utilização de medidas protetivas e a redistribuição de renda, assim, caracterizando a discriminação justa. Desta feita, surgiram as ações afirmativas que tem por objetivo proporcionar a igualdade de oportunidade a todos/as.

As ações afirmativas sob a modalidade de cotas, ou seja, de reserva de vagas nas universidades, foi discutida durante muitos anos, entretanto, no Brasil se tornou realidade no ano de 2002 no estado do Rio de Janeiro, e nos anos seguintes foram se espalhando pelos outros estados do país. Na Paraíba esta política passou a fazer parte da realidade desse estado no ano de 2007 na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e no ano de 2010 na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A concretização dessa política foi resultado de muitas lutas, sobretudo, dos movimentos sociais negros, onde se destacou a Bamidelê – Organização de Mulheres Negras.

A discussão que trazemos nesse trabalho tem como base as fontes bibliográficas e documentais, como também a aplicação de um questionário aplicado aos estudantes da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) Campus III – Guarabira. Foram distribuídos 50 questionários entre os estudantes dos Cursos de Direito, Geografia, História, Letras e Pedagogia. Desse total apenas 37 retornam respondidos.

Para melhor compreensão da discussão que fazemos ao longo desse trabalho, o dividimos em três capítulos: o primeiro capítulo corresponde As Ações Afirmativas e o Princípio da Igualdade, nele analisamos o papel do princípio da igualdade no Brasil, assim, como sua concretização na real situação da sociedade brasileira. O segundo capítulo As Cotas Raciais na Paraíba, fazemos uma discussão entre o abismo existente entre as pessoas brancas e as pessoas negras, e enfatizamos a condição das pessoas negras na sociedade paraibana. Ainda nesse parte do trabalho buscamos fazer um breve histórico da inserção das cotas raciais na UFPB. O terceiro e ultimo capítulo As Ações Afirmativas na UEPB, tem como principal referencia a pesquisa feita na UEPB no campus III – Guarabira, e nele buscamos entender como funciona o sistema de cotas na Universidade Estadual da Paraíba e nele ressaltamos que as políticas de ações afirmativas sejam de caráter social ou racial promovem o individuo a ascensão social.

## **CAPÍTULO I**

### **AS AÇÕES AFIRMATIVAS E O PRINCÍPIO DA IGUALDADE**

No Brasil a situação social é preocupante, devido à desigualdade entre os integrantes da sociedade, no entanto, de acordo com a Constituição Brasileira de 1988 o direito a igualdade social e de tratamento são assegurados no artigo 5º dessa constituição, esta afirma “que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (BRASIL, 1988). Mas, será possível a concretização do que está escrito na lei, visto que na realidade não há nenhum tipo de igualdade formal?

O artigo 5º da Constituição Federal Brasileira está baseado no princípio da igualdade formal, o que é resultado do ideal de direito onde o homem tem direito e deveres perante a sociedade, ou seja, regras são determinadas e devem ser exercidas. A Carta Magna Brasileira surgiu como resultado da reivindicação da sociedade por igualdade de direito e dignidade da pessoa humana, cabendo ao Estado o papel de estabelecer as regras que sejam comuns a todos.

A Constituição tem como alvo a formação e a manutenção do homem ideal e sua existência em sociedade, de modo que todos sejam iguais perante a lei, sobretudo, no que diz respeito ao aspecto econômico, dignidade e sejam respeitados nos seus direitos básicos. Porém esta não é a realidade da maioria da população brasileira, uma vez que a desigualdade social é uma das características mais marcantes no Brasil. Portanto, o que está escrito na lei não se prega na prática, visto que o cenário social no qual as pessoas estão inseridas demonstra que as leis não são cumpridas a contento. Acerca dessa questão, Barreto afirma que:

[...] esses momentos de relativa igualdade são efêmeros, quando não, utópicos em nossa sociedade, vez que a complexidade da dinâmica social, sempre contextualizada, aponta para “escolhas” que revelam direta e negativamente as diferenças (BARRETO, 2014, p.31).

No processo de organização e funcionamento da sociedade padrões são estabelecidos e impostos, e estes estão de acordo com a cultura europeia,

quem não está de acordo com os mesmos é taxado como diferente. Na sociedade, cuja constituição assegura que todos são iguais não há espaço para os sujeitos de identidade distinta. Os diferentes são colocados à margem da sociedade e são rejeitados e discriminados. Assim, o princípio da igualdade assegurado pela constituição serve apenas para legitimar e assegurar a todas as pessoas o direito de acesso à jurisdição, mas isso não assegura em nenhum momento que em sociedade todos sejam iguais e tenham o mesmo tratamento, visto que a discriminação é uma realidade na sociedade brasileira.

A discriminação é constantemente observada e comprovada como forma de brincadeiras e piadas que ridiculariza e menospreza a figura dos que não correspondem aos padrões impostos pela sociedade. No entanto, o princípio da igualdade material está contido na Carta Magna, quando assegura que é dever do Estado e dos cidadãos:

Artigo 3º, I: construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

A igualdade material surge como forma de diminuir as desigualdades sociais existentes e como possibilidade de igualdade formal, para tanto, devem ser aplicadas medidas voltadas para melhorar ou dar as pessoas condições apropriadas de modo que elas alcancem os objetivos almejados, e assim se concretize a igualdade formal. Para isso faz-se necessária a aplicação de medidas protetivas e a redistribuição de renda, como forma de compensar as desigualdades sofridas e a falta de oportunidades oferecidas a determinados grupos sociais, assim se caracteriza a discriminação justa.

Desta feita, as ações afirmativas são políticas de caráter material, estas são medidas especiais ou temporárias tomadas ou determinadas pelo Estado, e tem o objetivo de possibilitar a todos o direito a igualdade de oportunidade e de tratamento. Seu papel é auxiliar as pessoas na quebra de estereótipos criados em torno dos negros, índios e todas as pessoas que estão à margem da sociedade por não possuírem o poder aquisitivo, a aparência e o comportamento socialmente aceitável. Essas pessoas são socialmente

excluídas dos direitos básicos assegurados pela constituição e ainda sofrem constantemente preconceitos e discriminações.

Assim, cabe às ações afirmativas proporcionar a construção de um padrão aceitável, por meio da inclusão, visto que são medidas de reparação ou compensação das perdas provocadas pela discriminação, cujas marcas foram sendo criadas por vários séculos em torno das pessoas negras e indígenas, as quais carregam nas suas histórias de vida cicatrizes profundas.

Por essa razão pessoas negras e indígenas possuem uma auto visão negativa e passam a negar suas origens e a imitar o comportamento do grupo dominante (a elite branca) ou são colocados à margem, por não se reconhecerem frente à elite e não possuírem referências positivas do seu povo e suas culturas.

As ações afirmativas tem tempo determinado, ou seja, elas existem até a amenização/superação do problema suposto, pois para a sua concretização é necessário que sejam destinadas e consideradas socialmente relevantes e que se proponha a inclusão de grupos discriminados e marginalizados perante a sociedade. Todavia, cabem às pessoas dos grupos discriminados se auto reconhecerem. No entanto,

O processo de reconhecimento passa por categorias como autoestima, autor respeito e autoconfiança. Do contrário [...], há o desenvolvimento de processo de exclusão e de opressão, uma vez que são interiorizadas imagens negativas e/ou distorcidas de si mesmo no contato intersubjetivo com os outros (BARRETO, 2014, p.40).

Durante toda a história das pessoas negras no Brasil o preconceito e a discriminação racial fizeram parte das suas vidas devido ao passado dos seus ascendentes. Entretanto o comportamento preconceituoso da população brasileira com as pessoas negras é visto como algo normal e natural, muitos tentam negar a existência do preconceito e da discriminação racial, mas, a negação é a prova de que estes existem.

Vale aqui enfatizar que preconceito e discriminação são duas coisas diferentes. Preconceito é um sentimento, algo condicionado, interiorizado pela formação cultural; por sua vez, a discriminação é um preconceito explícito em atitudes, comportamentos e socialmente exposto.

Pensando essa questão no espaço escolar é importante observar como a cultura do negro, pardos e da população indígena são ocultadas nesse ambiente e quando são citadas, suas imagens são trabalhadas no campo da folclorização. No ambiente escolar é reproduzido o pensamento das classes dominantes, e nele as desigualdades são negadas, visto que o ensino universal é o que perdura e desprezam-se as particularidades próprias de cada região e cada pessoa. Desse modo o ensino acaba por reforçar e legitimar as desigualdades sociais.

A propagação do discurso da isonomia e da igualdade de tratamento no ambiente escolar e o ensino de caráter universal tem grande responsabilidade na evasão escolar de estudantes negros. No entanto, as culturas diversas não podem ser ignoradas, uma vez que os alunos/as negros/as não se identificam com determinados ambientes ou até mesmo eles/as se sentem menosprezados, pelo fato da sua cultura ser ocultada e desprezada no currículo escolar, o que faz com que abandonem a escola.

Para transformar esse cenário, faz-se necessário a utilização de novas práticas pedagógicas que valorizem a cultura de cada povo, e assim busquem meios de superar as discriminações e os preconceitos raciais, pois é apenas por meio do conhecimento que se pode alcançar esse patamar. Acerca dessa questão, Barreto, afirma que:

A centralidade da questão racial (que é uma questão de todos!) e da diversidade cultural são elementos essenciais à construção dos processos de empoderamento e de autonomia do negro, passando a figurar nas práticas pedagógicas e educacionais como elementos decisivos para a superação do preconceito e da discriminação (BARRETO, 2014, p. 63).

A pessoa negra no ambiente escolar passa diversos obstáculos e em muitos casos essa trajetória é interrompida por uma série de fatores (sociais, econômicos, raciais e culturais), grande parte da evasão escolar tem a cor negra como determinante. A falta de referências a história e a cultura das pessoas negras em salas de aulas é considerável e ocasiona esse fato. Ou seja, a não permanência dos estudantes negros na escola está associado ao fato de o currículo escolar não contemplá-lo. Muitos deles não conseguem nem concluir o ensino médio e quando parte-se para o ensino superior a



presença dos mesmos é bem mais escassa. E ainda, é constatado que quando os negros tem o acesso às universidades, esses são sub-representados nessas instituições ou fazem cursos com baixo prestígio social. Tendo em vista esse fato, o sistema de cotas raciais nas universidades surge como medida social capaz reverter esse quadro.

Nesse sentido as cotas raciais e sociais, tornam-se um meio de mudar o cenário universitário, possibilitando a todos o acesso nos mais diversos cursos, pois os cursos mais prestigiados socialmente, como Direito, Engenharia, Arquitetura, Medicina dentre outros são praticamente ocupados pela elite e brancos. Com o auxílio das ações afirmativas passou-se a mesmo que moderadamente identificar a presença de pessoas de outras classes e grupos étnico-raciais, como negros/as e pardos/as.

Na sociedade brasileira o tema ações afirmativas é muito discutido e sobre ele há muitas controvérsias, principalmente quando ela se caracteriza como a modalidade de cotas, sistema utilizado para reserva de vagas a determinados grupos sociais, sobretudo quando se fala das cotas raciais. Essa modalidade de cotas que tem uma grande rejeição por parte de um setor da imprensa. Mas para se chegar à efetivação desse sistema durante muito tempo foi necessária uma grande jornada de trabalho, mobilização e manifestações desencadeadas pelos movimentos sociais negros.

A origem do termo Ações Afirmativas surgiu nos Estados Unidos da América nos anos 1960, devido aos diversos problemas sociais que as populações negras passavam nesse país. Estas reivindicavam solução para os problemas e a solução encontrada foi à utilização de políticas públicas de promoção da igualdade entre pessoas brancas e negras norte – americanas. Entretanto, essa política não ficou restrita apenas aos Estados Unidos, passou a influenciar os movimentos negros em outros países, o que fez com que se expandisse por outros lugares e hoje faz parte da história de países europeus, africanos e asiáticos. As políticas de promoção da igualdade racial são estabelecidas de acordo com as necessidades e são adequadas a realidade de cada país.

No Brasil as Ações Afirmativas surgiram em meio ao processo de redemocratização do país; como também aconteceu nos Estados Unidos, foi

através da pressão de movimentos sociais negros sobre o Estado que fez com que esse a implementasse. Os movimentos sociais negros tinham por objetivo tomar uma posição em relação as questões ligadas a raça, etnia, gênero e grupos discriminados que correspondesse as necessidades desses grupos alijados socialmente.

Tendo em vista o conceito de Ações Afirmativas que temos atualmente no Brasil, data de 1968 o primeiro passo para sua efetivação, que por sua vez, veio a tona por parte do Ministério do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho. Estas instituições propuseram a criação de uma lei que determinasse certa quantidade de vagas para negros no mercado de trabalho em empresas privadas, esta lei chegou a ser discutida, mas não foi elaborada. No de 1980 outro passo foi dado, também por meio da formulação de uma lei.

O então deputado federal Abdias Nascimento, em seu projeto de Lei n. 1.332, de 1983, propõe uma ação compensatória, que estabeleceria mecanismos de compensação para o afro-brasileiro após séculos de discriminação. Entre as ações figuraram: reserva de 20% de vagas para mulheres negras e 20% para homens negros na seleção de candidatos ao serviço público; bolsas de estudos; incentivos às empresas do setor privado para a eliminação da prática da discriminação racial; incorporação da imagem positiva da família afro-brasileira ao sistema de ensino e à literatura didática e paradidática, bem como introdução da história das civilizações africanas e do africano no Brasil (MOEHLECKE, 2002, p. 204).

Esse projeto também foi reprovado, mas serviu de impulso para dar continuidade a luta das populações negras por direitos sociais.

A Constituição Brasileira de 1988 ao legalizar a proteção no mercado de trabalho e a reserva de vagas para as mulheres e os deficientes como garantia dos direitos sociais, acabou respaldando consideravelmente a legalidade das ações afirmativas, visto que houve o reconhecimento de que existe a discriminação de gênero, étnica, raça e em relação aos portadores de deficiência física. Após esse fato, surgiu à adoção da primeira política de cotas no Brasil no ano de 1995, esta reservou 30% das vagas dos partidos para as mulheres candidatas as câmaras, assembleias e senado. Assim,

Em 1995, encontramos a primeira política de cotas adotada nacionalmente. Através da legislação eleitoral, foi estabelecida

uma cota mínima de 30% de mulheres para as candidaturas de todos os partidos políticos. Essa ideia tem origem em uma experiência semelhante utilizada anteriormente no Partido dos Trabalhadores, em 1991, e na Central Única dos Trabalhadores, CUT, em 1993, decorrente de reivindicação e pressão do movimento feminista (MOEHLECKE, 2002, p.205).

Nesse mesmo ano, foram criados grupos voltados para a criação de ações afirmativas e medidas que combatessem a discriminação como: o Grupo de Trabalho Interministerial – GTI, o Grupo de Trabalho para Eliminação de Discriminação de Emprego na Ocupação – GTEDEO e outro programa muito relevante criado no ano seguinte (1996) foi o Programa Nacional dos Direitos Humanos- PNDH.

O Grupo de Trabalho Interministerial – GTI era responsável por desenvolver políticas para promover e valorizar a população negra. O Grupo de Trabalho para Eliminação de Discriminação de Emprego na Ocupação – GTEDEO, tinha função de implementar medidas de combate a discriminação. E o Programa Nacional dos Direitos Humanos – PNDH, por sua vez, cabia a ele o papel de promover ações afirmativas para negros, possibilitando o acesso dos mesmos aos diferentes ramos da educação. Essa é uma das muitas funções que o PNDH possui.

Vale ressaltar que diversos movimentos são de extrema importância para as populações negras e tiveram grande proporção a medida que pressionaram o poder público, o que resultou na criação desses grupos, destacando-se, entre os movimentos “A Marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e a vida”, cujo papel foi imprescindível na concretização dos direitos sociais as populações negras.

No âmbito dos Movimentos Negros, a Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, representou um momento de maior aproximação e pressão popular em relação ao Poder Público. O esforço no sentido de pensar propostas de políticas públicas para a população negra pode ser observado no Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, apresentado pelo movimento ao governo federal, e que inclui dentre suas sugestões: incorporar o quesito cor em diversos sistemas de informação; estabelecer incentivos fiscais às empresas que adotarem programas de promoção da igualdade racial; instalar, no âmbito do Ministério do Trabalho, a Câmara Permanente de Promoção da Igualdade, que deverá se ocupar de diagnósticos e proposição de políticas de

promoção da igualdade no trabalho; regulamentar o artigo da Constituição Federal que prevê a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei; implementar a Convenção Sobre Eliminação da Discriminação Racial no Ensino; conceder bolsas remuneradas para adolescentes negros de baixa renda, para o acesso e conclusão do primeiro e segundo graus; desenvolver ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta; assegurar a representação proporcional dos grupos étnicos raciais nas campanhas de comunicação do governo e de entidades que com ele mantenham relações econômicas e políticas (Marcha Zumbi, 1996).

A “A Marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e a vida” foi um evento influente e relevante para a inserção das Ações Afirmativas no Brasil. Além desse também foi importante a terceira Conferência das Nações Unidas contra Racismo e a Discriminação, em Durban, na África do Sul no ano de 2001. Grupos ligados aos movimentos negros se utilizaram desses eventos para denunciar a existência de discriminação racial no Brasil, reivindicar do Estado respostas para a solução deste problema. Diante desse fato, coube ao Estado aceitar a denuncia e esse se viu obrigado a discutir e implantar políticas de combate ao racismo no país. Depois desse acontecimento ocorreram resultados consideráveis que legitimaram as ações afirmativas nas universidades.

[...] como resultado da Conferência de Durban, que deu origem ao debate sobre o sistema de cotas no Brasil, o foco da ação afirmativa era a inclusão de estudantes negros nas universidades públicas. As estatísticas apresentadas na conferência mostraram que os estudantes negros estavam ausentes nos departamentos mais seletivos das universidades públicas, apesar de ser quase a metade da população (SILVA, 2006, p.143).

No ano seguinte, na educação superior tivemos a concretização das ações afirmativas introduzidas em algumas universidades brasileiras. O primeiro estado foi o Rio de Janeiro no ano de 2002, através de uma lei estadual que estabeleceu 50% (cinquenta por cento) das vagas para alunos/as das escolas públicas nos cursos de graduação das universidades do Rio de Janeiro. Os alunos/as seriam selecionados pelo sistema de acompanhamento de desenvolvimento dos estudantes no ensino médio e outra regra

estabelecida nesta lei foi a reserva de 40% (quarenta por cento) de vagas para alunos/as negros/as e pardos/as. Nesse mesmo período o governo do Paraná também estabelece uma lei que reserva vagas para a população indígena da região, 3 (três) vagas em cada uma das cinco universidades estaduais. Na Bahia, também foi determinado à utilização do sistema de cotas na Universidade Estadual da Bahia. De acordo com Silva essa política teve uma expansão considerável no decorrer dos anos de 2001 a 2005:

Entre 2001 e 2005, dezesseis universidades públicas brasileiras adotaram políticas de ações afirmativas, aplicadas na forma de cotas reservadas para admissão de certos grupos étnico-raciais e socioeconômicos<sup>12</sup>. Em três dos treze estados que adotaram a ação afirmativa, utilizou-se como instrumento jurídico o decreto-lei estadual<sup>13</sup>. Nas outras partes do país, a decisão pela ação afirmativa ficou a cargo dos Conselhos Universitários (SILVA, 2006, p.138)

Dentre esses anos vale salientar que o ano de 2004, destacou-se devido a acontecimento que ganhou relevância em relação a efetivação das ações afirmativas; o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva pressionado pelos movimentos sociais negros, lançou no Congresso Nacional Brasileiro o projeto de lei de nº 3.627, que determinava a reserva de vagas para estudantes oriundos das escolas públicas, sobretudo, aos negros e indígenas, nas universidades públicas federais. Esse projeto ficou tramitando por vários anos no congresso nacional. Entretanto, antes de uma decisão final do congresso nacional sobre esse projeto, várias instituições de ensino superior no país estabeleceram as cotas raciais ou sociais. Acerca dessa questão, Santos afirma que:

[...] antes mesmo da aprovação ou rejeição no Congresso Nacional do projeto de Lei de nº 3.627, de 20 de maio de 2004, que instituiu as cotas para estudantes de escolas públicas, bem como para os estudantes negros e indígenas, 33 universidades públicas brasileiras – dezoito estaduais e quinze federais – já aprovaram e implementaram ou estão em fase de implementação do sistema de cotas nos seus vestibulares para esses grupos sócio-étnico-raciais (SANTOS, 2007, p. 29).

No ano de 2007 a utilização do sistema de cotas já era uma realidade em trinta e três universidades brasileiras, umas enfatizando apenas o

caráter social, outras apenas os raciais e uma certa parte utilizava os dois critérios seletivamente, veja a seguir tais instituições:

[...], a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), a Universidade Federal de Alagoas (UFLA) e a Universidade Federal do Pará (UFPA) aprovaram somente para os estudantes negros. A Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade federal de São Paulo (UNIFESP) aprovaram cotas para os estudantes negros e indígenas. A Universidade Federal de Tocantins ( UFT) aprovou cotas somente para os estudantes indígenas. A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) aprovou cotas para os estudantes indígenas e alunos de escolas públicas. A Escola Superior da Ciências da saúde do Distrito Federal (ESCS/DF), a Universidade do Estado do Pernambuco (UPE), a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), a Universidade Estadual do Piauí (UEPI) e a Universidade Federal Rural do Amazonas (UFRA) aprovaram cotas somente para alunos que estudaram em escolas públicas. A Universidade Estadual de Londrina (UEL), a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), a Universidade Federal ABC (UFABC), a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) aprovaram cotas para os estudantes negros e de escolas públicas. A Universidade Estadual de Freire de Santana (UEFS), a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Federal de Juiz de fora (UFJF), a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) aprovaram cotas para os estudantes negros, indígenas e de escolas públicas. Finalmente, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), o Centro Universitário da Zona Oeste (UEZO) do Rio de Janeiro, a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR) aprovaram cotas para os estudantes negros, indígenas, de escolas públicas e portadores de deficiência física (Santos, 2007).

Com base nos estudos do desenvolvimento das políticas de cotas no Brasil, foi constatado que a justificativa mais utilizada para a implantação das ações afirmativas é o de criar oportunidades de mobilização para grupos desfavorecidos socialmente, dentro dessa sociedade tão desigual através da inserção desses, no campo do ensino superior. Também foi observado que perante a sociedade as cotas de caráter sócio-econômico são bem mais

aceitas pela sociedade, que as cotas de caráter étnico-raciais, mas, ambas sofrem certa rejeição por parte da população que as considera uma injustiça com o restante da população, todavia, esta política encontra legitimidade jurídica perante a Constituição de 1988, que prevê a “discriminação justa”. Conforme Barreto,

O fato é que as ações afirmativas no Brasil tanto possuem o respaldo da legalidade, pois estão contidos em diversos artigos já apresentados (art.3º- I, II, III; art. 7º XX; 37- VII; Lei 9.504/97; Decreto 1.904/96), quanto da legitimidade uma vez que há pressão popular (categoria engajada) pelo correto reconhecimento da identidade negra e pela igualdade de oportunidade, assim como pela superação da desigualdade a que estão submetidas às populações pardas e pretas (BRASIL, 1996, 1997a).

Acerca dessa questão, Barreto afirma que “a legitimidade se constrói na relação de alteridade e na autoafirmação de sua condição peculiar diante os valores sociais” (BARRETO, 20013, p. 50).

Tendo em vista a legalidade e a legitimidade das ações afirmativas, as cotas sociais e raciais já faz parte da história da educação brasileira, uma vez que, os ministros do supremo tribunal federal em abril do ano de 2012, decidiram por unanimidade a reserva de vagas em universidades públicas. Assim havendo a regulamentação da lei de cotas:

O decreto 7.824/2012 que regulamenta a Lei de Cotas em Universidades Públicas (Lei 12.711/2012) garante que as vagas universitárias serão preenchidas por alunos negros e indígenas advindos da Escola Pública e com renda familiar de até 933 reais, na totalidade de 50% do todo (BRASIL, 2012a).

De acordo com o Ministro Aloísio Mercadante o texto regulamentado tornou aptos os processos seletivos para o ano de 2013, limitando o período de adesão das universidades à medida até 2016 (UOL NOTÍCIAS, 2012).

O critério de seleção passou a ser o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), como forma de acesso à universidade e não mais o coeficiente de rendimento escolar dos alunos no ensino médio (medida que inclusive sofreu o veto presidencial). (BARRETO, 2013, p. 51).

Para o ingresso de todos os estudantes nas universidades através das cotas é necessário atingir a nota de corte dos cursos almejados pelos estudantes, o que fica garantido a “questão do mérito” e a “qualidade” das instituições.



## **CAPÍTULO II**

### **AS COTAS RACIAIS NA PARAÍBA**

O Brasil é um país formado pela contribuição de diferentes grupos populacionais – indígenas, africanos, europeus, asiáticos – e a interação desses povos, ao longo de nossa história, fez-se de forma desigual. Uma significativa quantidade de brancos/as obteve um maior número de privilégios, e eles/as passaram a ser detentores/as de melhores posições sociais e econômicas de maior destaque e importância (SANTOS ET AL, 2008).

As Cotas Raciais são uma modalidade das Ações Afirmativas, que tem como objetivo reparar a situação de desigualdade social entre negros/as e brancos/as no Brasil, ou seja, proporcionar a determinados grupos excluídos e marginalizados um tratamento diferenciado buscando a superação das manifestações de discriminação e racismo sofrido por esse povo.

A primeira proposta de políticas de ações afirmativas com recorte étnico racial para as universidades brasileiras ocorreu no ano de 1999 na Universidade de Brasília em um evento de comemoração a Semana da Consciência Negra.

Entretanto, o fato que deu maior visibilidade a discussão nos centros universitários em torno desse tema foi à apresentação de um relatório pelos grupos ligados aos movimentos sociais negros. O documento mostrava a situação de desigualdade em que as pessoas negras vivem no Brasil; quando é a maioria da população do país.

Na Terceira Conferência das Nações Unidas contra Racismo e a Discriminação, em Durban, na África do Sul no ano de 2001, no ano seguinte o sistema de cotas já se concretizava no Estado do Rio de Janeiro e se espalhou pelos estados do Brasil consecutivamente no decorrer dos anos.

Mas, a efetivação da Lei das cotas apenas ocorreu no ano de 2012 através do decreto Lei nº 7.824/2012 que permitiu a reserva de vagas nas universidades públicas para alunos/as negros/as e indígenas por meio da Lei 12.711/2012.

O decreto 7.824/2012 que regulamenta a Lei de Cotas em Universidades Públicas (Lei 12.711/2012) garante que as vagas universitárias serão preenchidas por alunos negros e

indígenas advindos da Escola Pública e com renda familiar de até 933 reais, na totalidade de 50% do todo (BRASIL, 2012a).

De acordo com as cotas raciais quando se fala em critério racial não corresponde ao fator biológico, uma vez que, biologicamente o termo raça não existe, mas o utilizamos. No entanto, o termo raça é uma construção social e política, e se constitui uma categoria social e histórica e por isso, faz parte da vida das pessoas nas relações sociais que elas estabelecem. Acerca dessa questão Santos afirma que:

Embora o conceito biológico de raça tenha sido desconstruído no início do século XX pela própria ciência que o construiu, esse conceito, ou melhor, a ideia de raça já havia transcendido a ciência ou o campo científico, instaurando-se socialmente. Ela passou a ser uma ideia aceita e reproduzida pelo senso comum, tornando-se uma categoria de uso popular muito poderosa. As pessoas passaram a crer que existiam ou existem raças diferentes (como por exemplo: a branca, a preta, a parda, a amarela e a indígena que são as classificações utilizadas oficialmente pelo Estado brasileiro, por meio do IBGE) e, mais do que isso, desiguais até mesmo porque conseguiam fazer uso descritivo dessa palavra valendo-se do fenótipo das pessoas, entre outras distinções reais ou imaginárias. (SANTOS, 2007, p.22-23).

Portanto, as críticas em torno das políticas de cotas a partir do critério raça recaem no fato de ela não existir biologicamente, no entanto, existem socialmente, e politicamente as pessoas se autodeclararam pertencer a raça negra. Neste trabalho o termo raça é utilizado como categoria socialmente construída nas relações sociais que as pessoas cotidianamente estabelecem umas com as outras.

As cotas raciais são constantemente criticadas pela opinião pública, porém, em um país onde quase a metade da população corresponde há negros/as e pardos/as (o Brasil é o país com maior população negra fora do continente africano) e esses se encontram em desvantagem considerável em relação aos brancos/as, uma vez que os/as brancos/as ocupam as vagas nas universidades em cursos de maior prestígio social, como também ocupam os cargos de comando e de maior relevância social e econômica nas empresas públicas e privadas.

Em contrapartida cabem aos negros/as e aos pardos/as nas universidades assumirem os curso sub-representados socialmente e nas empresas também ocuparem os cargos subalternos. Assim, as cotas raciais são a melhor forma para amenizar esse quadro tão desigual no cenário social brasileiro.

Na Paraíba esse cenário não é diferente a maioria da população paraibana corresponde a negros/as e pardos/as, entretanto, a presença desses sujeitos nas escolas, nas universidades, nas empresas em cargos de prestígio social e de remuneração mais elevada é menor. No entanto, o negro é maioria quando se parte para o analfabetismo, a criminalidade e ao subemprego.

Também não encontramos essa proporcionalidade no acesso à saúde, entre os habitantes dos bairros mais periféricos e degradados das cidades, entre os que ocupam os postos de trabalho com melhor remuneração e mais valorizados e, por fim, quando analisamos os índices de violência, em que o jovem, negro, pobre e paraibano tem quase 20 vezes mais chances de morrer do que um jovem branco de classe média paraibana (TELLA, 2012).

Essa condição social está ligada de certo modo à desigualdade de acesso a educação, uma vez que, a educação escolar no Brasil se deu de forma excludente, pois desde a abertura das primeiras salas de aula as pessoas negras foram impedidas de frequentar as escolas.

Para a população negra na época da escravidão o direito de frequentar a escola fora negado. Mesmo depois da abolição da escravidão em 1888 ainda assim as pessoas negras mesmo livres foram proibidas de frequentar a escola.

Essa situação permaneceu por longos anos, visto que durante o período republicano as discriminações contra as pessoas negras se evidenciaram e elas continuaram excluídas das escolas. Ao longo da primeira república até o primeiro governo Vargas o cenário social da população negra pouco mudou. Portanto, o fim da escravidão não garantiu a essa população o direito de frequentar o espaço escolar e ter acesso à educação.

Foi apenas na década de 1980, com o processo de universalização do ensino fundamental que no Brasil o acesso das pessoas negras à escola começou a ser discutido, pensado e elaborado enquanto política pública, uma

vez que a Constituição Federal de 1988 assegurou a todas as pessoas o direito à educação.

Entretanto, até hoje a população negra encontra-se em situação de desvantagens quando comparada a população branca, uma vez que no acesso a educação as pessoas negras têm um déficit significativo quando comparadas as pessoas brancas. Essa realidade não é decorrente do baixo nível intelectual das pessoas negras, mas do histórico processo de exclusão da escola a que foram submetidos.

As desigualdades entre as pessoas negras e as pessoas brancas só serão superadas ou amenizadas por meio da educação, assim, o poder público deve assegurar a permanência de alunos/as negros/as e pardos/as nas escolas como também possibilitar o acesso dos mesmos ao ensino superior, proporcionando desse modo, a ascensão social dessa população ainda marginalizada.

Logo, será por meio da inserção desses grupos na educação superior que se espera altere a produção do conhecimento acadêmico e que traga também as referências tão precisas para o povo negro. Portanto, as cotas raciais possibilitam a igualdade social, econômica, racial e cultural. Acerca dessa questão Barreto afirma que:

A presença do “outro” num território até então branco fará com que novos olhares sejam aparecidos, impactando no imaginário social e, sobretudo, nas referências de produção do conhecimento (BARRETO, 2013, p. 73).

Na Paraíba as ações afirmativas como a modalidade de cotas foram aprovadas, na UEPB pela resolução 06/2006 e na UFPB pela resolução 09/2010. Na UEPB existem as cotas sociais e a UFPB faz uso das cotas raciais o que difere as duas instituições é o fato de a UEPB usar o critério social e econômico como mecanismo de ingresso aos seus quadros de estudante. Enquanto a UFPB utilizar como critério de ingresso aos seus quadros de estudante, o critério étnico-racial e econômico. Ambas as universidades usam como argumento para a implantação dessas políticas, a sua função social.

Conforme Barreto.

As duas universidades baseiam sua argumentação para a política de ações afirmativas considerando a função social da academia, as desigualdades sociais e econômicas persistentes em nossa sociedade e o fator “vulnerabilidade” da juventude paraibana (BARRETO, 2013, p.53).

Desde que as ações afirmativas assumiram a forma de cotas, rapidamente as cotas sociais e as cotas raciais foram combinadas e fica bem claro que no Brasil há uma ideia estabelecida de que uma política direcionada aos pobres necessariamente beneficia as pessoas negras e que o contrário não ocorre ou não é admitido.

Nesse sentido as cotas raciais são consideradas injustas com as pessoas brancas. Diante disso duas ressalvas são feitas, em primeiro lugar as cotas raciais englobam a população negra, parda e indígena e em segundo lugar, há uma diferença entre os alunos/as brancos/as, pobres e os alunos/as negros/as e pobres, visto que, brancos/as e pobres são discriminados pelo fator socioeconômico enquanto negros/as e pobres sofrem dupla discriminação; tanto pelo fato de ser negro, quanto devido a sua condição socioeconômica. Em termos de escolarização, os alunos/as negros/as não alcançam o mesmo nível de ascensão social que os alunos/as brancos/as.

A não aceitação das cotas raciais no Brasil acontece pelo fato do preconceito nesse país ser camuflado, ou seja, no estilo à brasileira, mas prevalente no imaginário social brasileiro. A ideia recorrente é a de que somos misturados e, portanto, irmãos.

O discurso recorrente é o da existência da democracia e harmonia racial no Brasil, ou seja, o nosso país não é racista, prevalece a homogeneidade racial.

Portanto, não há raças, todos/as brasileiros/as são mestiços. Assim, não existem motivos para a discriminação racial, tal discurso vem perpassando desde o período colonial e se fortaleceu no imaginário da sociedade brasileira contemporânea. Acerca dessa questão Teixeira afirma:

[...], nossos administradores públicos, bem intencionados ou não (isso não importa muito porque a atitude ou a falta de atitude levam ao mesmo resultado prático), costumam repetir o discurso de que seria preconceito ou discriminação a inclusão de algum quesito de identificação racial em seus relatórios, dados ou levantamentos (TEIXEIRA, 1995-2002, p.2).

Entretanto é sabido que essa não é uma realidade pessoal de cada brasileiros/a. Desde o fim da abolição da escravidão no Brasil, nada foi feito para a inserção das pessoas negras na sociedade. Pelo contrário por muito tempo e até os dias atuais há certa dificuldade das pessoas aceitarem os não brancos na sociedade, sobretudo, nos cargos de destaque, visto que suas aparências, suas religiões, seus costumes são contrários aos padrões estabelecidos e socialmente aceitos.

Com a existência do racismo restou à população negra a alternativa de recorrer à sorte para assim inserir-se na sociedade não mais como escravizado, mas, como cidadão, o que resultou na elevada desigualdade entre as pessoas brancas e as pessoas negras, as quais desde então tem se manifestado me defesa dos diversos serviços sociais, a exemplo do acesso a educação (sobretudo, a educação superior), ao emprego e renda, a moradia, a saúde dentre outros elementos sociais. Nesse sentido, o racismo à brasileira, o universalismo (o acesso universal) e a meritocracia são instrumentos que possibilitam cada vez mais as desigualdades raciais e sociais no Brasil.

No Brasil as universidades foram criadas para formar a elite brasileira, assim até os dias atuais temos resquícios de sua origem, tendo em vista que, esta instituição ainda é a maior parte integrante deste universo.

A universidade que deveria ser um lugar de promoção da igualdade e possibilitar a ascensão social dos mais diversos grupos sociais, este é um local onde a desigualdade impera tanto quanto se refere ao fator socioeconômico, sobretudo, racial, uma vez que, o público que compõem os centros acadêmicos são em sua maioria pessoas brancas e com uma situação financeira considerável, o que se torna inviável a riqueza da diversidade nesse ambiente.

No ambiente acadêmico existe o racismo institucional, ou seja, as universidades negam ou silenciam a existência do racismo, assim, propagam-no.

Portanto, as universidades necessitam rever esta situação e se posicionar diante deste problema, primeiro reconhecer que o racismo existe e a partir dessa percepção desenvolver ações de acordo com as políticas de ações afirmativas para que a democracia racial prevaleça. Conforme Barreto

A revisão proposta descortina questões até então silenciadas, como no caso específico do racismo e da discriminação institucional, favorecendo a real democratização de seus espaços (BARRETO, 2014, p.77).

Ainda sobre esta questão Carvalho afirma que:

Poderosos e eficientes mecanismos de disfarce e de silenciamento do racismo foram acionados constantemente no interior da academia. Somente agora, com a discussão das cotas, começa a abrir-se um pouco a cortina do racismo acadêmico propriamente dito (CARVALHO, 2003, p.304).

As universidades públicas ao adotar políticas públicas com recortes sócios econômicos ou étnico-raciais cumprem o seu papel social, o de promover a igualdade de acesso a todos ao ensino superior, uma vez que o ambiente universitário não deve ser privilégio de apenas uma parcela da população.

Entretanto, ao analisar a lei das cotas de nº 12.711/12 constata-se que o critério racial fica em segundo plano, este é visto apenas no artigo 3ª e o fator socioeconômico é o principal critério para a reserva de vagas utilizadas nas políticas públicas de cotas nas universidades públicas federais brasileiras, assim, incluindo UFPB (Universidade Federal da Paraíba).

A resistência às cotas raciais, explica que esta esteja em segundo plano, o que é resultado do racismo institucional, que se constitui na negação e silenciamento do tema por parte das instituições educacionais. Os temas raça, negro, e racismo devem ser tratados com a importância devida, pois esses temas não são uma questão que atinge apenas parte da população brasileira, mas, este é um problema de todos/as, ou seja, da sociedade brasileira.

Nesse sentido, a sociedade brasileira não pode mais fingir ser cega e ignorar que as pessoas negras e suas culturas fazem parte e integram a cultura brasileira. Logo, é por meio do conhecimento que se pode superar essa situação, ou seja, através da produção de trabalhos voltados o tema das cotas raciais; estes são imprescindíveis. Conforme Carvalho,

Uma parte das resistências às ações afirmativas que hoje observamos no Brasil se deve à ignorância e à desinformação,

resultados do silêncio que a academia branca impôs a si mesma e à sociedade, durante mais de um século, sobre a sua realidade interna de exclusão racial (CARVALHO, 2003, p.304).

A inserção das pessoas negras nas universidades sua permanente presença na produção do conhecimento científico e nas tomadas de decisões que ocorrem nestas instituições apenas enriquecem-nas ainda mais e o conhecimento produzido, tendo em vista que os temas relativos às pessoas negras e suas culturas ainda são pouco explorados nas universidades.

Na sociedade brasileira, conforme afirmamos em momento anterior neste trabalho, quase metade da população é composta pelas pessoas negras. Entretanto, sua vulnerabilidade social é superior com relação às pessoas brancas, assim as cotas raciais são justas, uma vez que, leva em consideração a situação real das pessoas negras e indígenas do Brasil.

A vulnerabilidade social da população negra e indígena no Brasil vem sendo construindo há séculos. No século XIX se estabeleceu uma hierarquia entre as raças que foram legitimadas e comprovadas pelos cientistas da época.

No século 19, inseridos no contexto imperialista, cientistas tentavam explicar por que algumas raças eram dominadas enquanto outras dominavam, buscando com isso estabelecer uma hierarquia entre as raças. O primeiro grande problema era ter uma classificação que considerava alguns seres humanos melhores que outros. O segundo era ter como referência dessa classificação valores europeus da época. (IBASE, 2008).

Assim devido às referências firmadas terem sido os valores europeus, as populações negras e indígenas ficaram no papel de dominados e aos brancos foi determinado o papel de dominador. Nessa hierarquização as pessoas negras foram concebidas como as que não produziam cultura e conhecimento e isto, estavam cientificamente comprovados. Nesse contexto as pessoas negras era um grande problema para o progresso brasileiro, visto que, esses não correspondiam aos padrões impostos pela cultura europeia, e quem não seguisse os padrões estabelecidos eram considerados atrasados.

A partir de então um grande dilema surgiu: como o Brasil alcançaria o progresso quando a sociedade era composta na sua maioria por pessoas



negras? A resposta a essa questão veio com o processo de branqueamento, o que resultou na implantação por parte dos poderes públicos das políticas de imigração. Com isso, na transição do século XIX para o XX cerca de três milhões de imigrantes brancos entraram no país, todos financiados pelo governo brasileiro. Entretanto, esse projeto não teve o resultado almejado. E em 1930, surgiu a ideia de democracia racial, proposta que estimulou o racismo à brasileira, o preconceito e a discriminação sobre as pessoas negras e suas práticas culturais.

A ideia de democracia racial possibilitou a negação do racismo, do preconceito e da discriminação, e ocasionou a naturalização das desigualdades entre negro e branco no Brasil ao mesmo tempo estimulou entre os brasileiros o comportamento de resistência a discussão desses temas, sobretudo, porque as mídias, a escola, assim como o próprio Estado passou a divulgar a ideia da democracia racial, a de todos/as no Brasil são iguais.

Na Paraíba, temos sinais evidentes desse fato, sobretudo, se observamos o processo de inserção do sistema de políticas de cotas na UFPB.

A UFPB só tomou uma posição em relação às ações afirmativas, após 45 universidades brasileiras adotarem esse tipo de política, o que fez com que entre as universidades federais do nordeste a UFPB foi a última a aderir ao sistema de cotas. Essa situação é denotativa da mentalidade da sociedade paraibana reverberada nos que fazem a universidade. Assim a universidade que se constitui espaço de construção de conhecimento e novas relações e estruturas sociais apenas legitima e reproduz o modelo de sociedade existente, sobretudo, a sua estrutura e funcionamento.

Os debates sobre as cotas raciais na UFPB se iniciaram no ano de 2001, entretanto a primeira versão do projeto de ações afirmativas só foi apresentada pela reitoria da UFPB em 2007, e, apenas em 2010 o sistema de política de ações afirmativas com a modalidade de cotas raciais foi aprovado pelo CONSUNI da UFPB, porém, para chegar à concretização desse fato houve uma árdua caminhada.

A Terceira Conferência das Nações Unidas contra Racismo, a Discriminação e a Xenofobia, em Durban, na África do Sul deu ênfase às primeiras discussões sobre o tema cotas raciais em 2001. Em 2002 houve na

Paraíba o engajamento e a participação dos grupos dos movimentos sociais negros que passaram a debater a implantação das cotas na UFPB. No ano seguinte, 2003 foi realizado um seminário na UFPB sobre Cotas Raciais na Universidade, organizado pelo grupo Bamidelê – OMN (Organização de Mulheres Negras na Paraíba) e o Movimento Negro Unificado. Em 2004 houve a realização de outro seminário. Porém só em 2007 surgiram os resultados mais precisos acerca das ações afirmativas, pois foi criado o projeto de cotas raciais na UFPB e este estava ligado ao REUNI, programa do governo federal, Conforme Costa:

Nesse cenário, ressaltamos que em 2007, o governo federal criou o programa de apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), através do decreto do nº 6.096, de 24/04/2007 (COSTA, 2012, p.80).

Ainda sobre essa questão Costa afirma que:

[...] podemos considerar que a discussão sobre a adoção de cotas na Universidade Federal da Paraíba, se inicia com tentativas de debates instaurados através da publicação do artigo do Prof. Sousa Jr. Em 2001, acompanhadas das iniciativas de representantes da Bamidelê e do movimento negro da Paraíba, em 2002 e 2003, mas o debate terá maior alcance apenas em 2007, certamente contando com o impulso dado pelo projeto UFPB-REUNI (COSTA, 2012, p.80-81).

O Projeto de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) teve participação indispensável para a efetivação do sistema de cotas na UFPB, sobretudo, porque o governo federal atrelou a adesão das universidades a esse projeto, a obrigação de as instituições parceiras criarem e instituírem algum programa de ações afirmativas com o corte étnico-racial.

Após o projeto de cotas na UFPB ter sido aprovado pelo CONSUNI, houve maior discussão sobre a temática junto a comunidade universitária e a luta ganhou mais força em defesa das cotas raciais, o que proporcionou o ambiente tornando-o favorável a defesa das cotas raciais e sua inclusão no projeto.

Ainda no ano de 2007, a Pró-Reitoria de graduação da UFPB apresentou a primeira proposta de Ações Afirmativas, porém, esta proposta com recorte étnico-racial foi reprovada quase que por unanimidade nos centros da UFPB. Mas, as lutas continuaram, entretanto no ano seguinte nenhum posicionamento foi tomado em relação a esse problema; em 2009 houve a realização de um seminário intitulado Políticas de Cotas na UFPB? Um debate necessário. Este evento foi organizado pela Reitoria da UFPB e a organização Bamidelê.

A Bamidelê tem incidido nos debates sobre políticas de ação afirmativa na Paraíba. Em 2009, foi parceira da reitoria da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) na realização do Seminário Cotas na UFPB? Um debate necessário. Em 2010, participou da Audiência Pública no STF, em Brasília, sobre a política de cotas raciais da UnB e realizou um “oficinho” para argumentação pública no tema para os movimentos sociais (BAMIDELÊ, 2010).

A organização Bamidelê desde o início teve uma importância crucial nas discussões sobre o tema cotas raciais, visto que, o primeiro evento para discutir o tema foi organizado por essa entidade, assim como o segundo. No entanto, a parceria entre os Movimentos Sociais Negros da Paraíba, a Organização Bamidelê e os docentes que defendiam as cotas foram de fundamental relevância para a concretização do sistema de cotas da UFPB.

O resultado dessa parceria veio em 2009 quando a Reitoria da UFPB apresentou ao CONSEPE a 2ª proposta de Ações Afirmativas para a Universidade Federal da Paraíba com corte étnico-racial. A proposta foi apresentada em meio às discussões fomentadas no seminário realizado nesse mesmo ano. Conforme Costa

[...], a reitoria apresentou a segunda proposta de ações afirmativas para UFPB, com “destaque nas desigualdades sociais existentes no Brasil”, a qual estabelecia a previsão de 25% das vagas ofertadas por curso em 2011, seguida de uma progressão gradual: em 2012 seria 30%, 2013 – 35% e 2014 – 40% (COSTA, 2012, p.98).

Essa proposta foi aprovada pelo CONSEPE em 2010 e o ingresso dos alunos/as sob a utilização do sistema de cotas ocorreu em 2011. Diante desse fato as Organizações Bamidelê e NEABI afirmam que:

Desde 2010, a Universidade Federal da Paraíba adotou a política de cotas sociais com recorte racial, na qual aparece como proposta de reverter o quadro de desigualdades étnico-educacionais entre negros/as e brancos/as, promovendo a inclusão social e garantindo o acesso a direitos previstos na Constituição Federal. No entanto, o assunto ainda está arraigado de preconceitos e de mitos perante a comunidade acadêmica, trazendo uma reconstrução de processos racistas e negação de direitos universais, a exemplo da educação pública de qualidade para todos (BAMIDELÊ e NEABI, 2012).

Para a aprovação das políticas de ações afirmativas na UFPB, foram necessários anos de discussão e muita pressão dos grupos envolvidos em defesa desse sistema, como também houve pressão jurídica, e o Ministério Público Federal fez uma intervenção no ano de 2009, exigindo que a UFPB se posicionasse em relação às políticas de cotas. Para tanto, foi recomendado que no prazo de 120 dias as discussões fossem finalizadas e essa instituição apresentasse sua posição acerca do pleito.

[...] O Ministério público teve uma atuação decisiva no desencadeamento das ações que tiveram como consequência a aprovação das cotas. Sendo ele um fator crucial no posicionamento adotado pela UFPB em resposta a demanda pela cota racial. Acrescentamos a isso o fato de que a recomendação do MPF em 2009 estabeleceu prazos para elaboração de uma nova proposta e sua votação pelo CONSEPE (COSTA, 2012, p. 104).

Assim, o MPF teve grande importância para que a UFPB estabelecesse seu posicionamento. Na luta para a efetivação das políticas de ações afirmativas na UFPB, essa instituição se manteve resistente durante anos.

Mesmo inserida em um cenário nacional onde estava rodeada de várias instituições de ensino superior que utilizavam esse tipo de política; o que dificultou a concretização do sistema de cotas na UFPB foi à negação da existência do racismo na Paraíba, como também a rejeição das cotas raciais entre professores/as, estudantes e técnicos administrativos da universidade,

parte dos segmentos se omitia a discutir o tema, outra parte se posicionava contrária às cotas raciais e demonstrava maior aceitação as cotas sociais. Assim o maior impasse para a aprovação do projeto de ações afirmativas na UFPB foi o fato de ele possuir o recorte étnico-racial.

Esse fato é denotativo de que a Paraíba em relação aos outros estados do Brasil tem dificuldade em lidar com os problemas que envolvem a população negra. A concretização das políticas de cotas na Universidade Federal da Paraíba se deu devido aos esforços dos/as professores/as envolvidos na causa, os movimentos sociais negros da Paraíba entre eles destacam-se a Organização de Mulheres Negras da Paraíba - Bamidelê, o Ministério Público Federal e uma parcela dos estudantes (os estudantes tiveram participação, apenas na segunda parte desse processo).

Porém, este fato não encerrou a luta em defesa da igualdade entre todos os integrantes da população paraibana, visto que, ainda há muito a se conquistar para a devida concretização da igualdade entre as pessoas brancas e as pessoas negras.

### **CAPÍTULO III**

## **AS AÇÕES AFIRMATIVAS NA UEPB**

As ações Afirmativas têm à função de reparar as desigualdades de caráter social, de gênero e racial e assim possibilita a todos o que é seu por direito, o direito a igualdade. Ela é aplicada quando os meios clássicos utilizados pelo poder público para combater as discriminações, desigualdades e os preconceitos se mostram ineficientes, na quebra do sistema onde apenas uma parte da população tem a possibilidade de ascensão social.

As Ações Afirmativas tem por objetivo a igualdade de oportunidade, assegurado por meio da igualdade material e assim se propõe a diminuir as desigualdades sociais. Esta política nas universidades assume a modalidade de cotas que podem seguir critérios étnico-raciais ou socioeconômicos e de gênero, ou seja, se constitui na reserva de vagas de acordo com os requisitos pré-definidos por cada instituição de ensino superior.

A Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) faz uso das políticas de ações afirmativas, ou seja, do sistema de cotas, porém com o recorte socioeconômico. Essa modalidade de cotas na UEPB foram implantadas ano de 2007 por meio da Resolução 06/2006.

As cotas de inclusão foram adotadas na UEPB a partir do ano de 2006, por força da Resolução 06/2006 UEPB/CONSEPE, reservando 10% das vagas do vestibular 2007 para alunos egressos da rede pública de ensino, ampliando-se o percentual na razão de 10% ao ano, de modo que no vestibular 2011 a porcentagem fosse estabilizada em 50% (ARAÚJO; FARIAS; COSTA, 2013, p. 63).

Foi feita uma discussão no ano de 2006, junto com a reitora da época a Professora Marlene Alves, todo o conselho universitário e a pró-reitoria de graduação. Todas essas instancias e a mais a Reitora perceberam que se fazia necessário à utilização de um sistema que pudesse dar maior ênfase aos estudantes oriundos da escola pública. Por meio da resolução 06/2006 foi aprovada a política de cotas sociais na UEPB. A aprovação aconteceu em uma reunião do conselho de ensino, pesquisa e extensão (CONSEPE), que decidiu pela reserva de 50% do total das vagas da instituição

por curso para alunos e alunas que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas no estado da Paraíba, após a aprovação no vestibular do ano de 2007.

Um fato interessante que aconteceu também no ano de 2007, mais precisamente no dia 24 de julho, foi à visita dos dirigentes da AESP (Associação dos Estudantes Secundaristas da Paraíba) a UEPB, com o intuito de discutir a importância da implantação das políticas de cotas nessa instituição, visto que, a UEPB sendo uma das primeiras universidades do estado a incluir o sistema de cotas, serviria de exemplo para as demais universidades paraibanas.

Os estudantes foram recebidos na UEPB em Campina Grande pela Reitora da época a Professora Marlene Alves, que se manifestou diante das iniciativas dos estudantes de forma emocionada, oferecendo-lhes apoio para o que precisassem e falou da importância da educação para o desenvolvimento da Paraíba.

A Professora Marlene Alves se disse emocionada com a iniciativa dos estudantes e avaliou que não vê alternativas de futuro para a Paraíba que não seja a educação. Lembrando que a UEPB é mantida por todo o povo paraibano, a reitora reafirmou o compromisso de sua gestão com a melhoria da educação em todos os níveis e se colocou a disposição da caravana para o que fosse necessário, desde a disponibilização de informações sobre a viabilidade das cotas até questões gerais sobre o ensino público e acesso à educação ([www.clickpb.com.br](http://www.clickpb.com.br) 20/05/2015).

Diante do quadro das desigualdades sociais no cenário paraibano, apenas a educação pode realmente mudar os rumos dessa história, visto que, as desigualdades negam ao sujeito o direito de acesso aos bens e serviços decorrentes do desenvolvimento, como: a educação, a saúde e até mesmo a vida, ou seja, a possibilidade de uma vida digna, pois esta nega aos sujeitos a oportunidade, fazendo com que este se mantenha imerso ao ciclo vicioso onde o rico cada vez fica mais rico e o pobre cada vez fica mais pobre.

As desigualdades estão presentes nos mais diversos ambientes, entretanto, neste trabalho enfatizamos as desigualdades na educação mais precisamente, na educação superior, uma vez que, o ambiente universitário

ainda é um local propício a homogeneidade, ou seja, composto por uma parte da população, uma elite que é historicamente privilegiada pelo acesso ao ensino superior. Frente a essa realidade surgiram as ações afirmativas, sob a modalidade das cotas sociais com o propósito de propiciar o acesso das outras camadas da população ao ensino superior. Conforme Farias, Araújo e Costa:

[...] o direito à educação, especialmente no que se refere ao ensino superior, corrobora com a erradicação da pobreza e marginalização, diminuição das desigualdades sociais e regionais e promoção do desenvolvimento nacional, tratados como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Assim sendo, a Universidade é um veículo por meio do qual o Estado cumpre a sua função protetora em relação à sociedade. Assim, enquanto organismos estatais devem estar orientados à consecução destes objetivos (ARAÚJO; FARIAS; COSTA, 2013, p.69).

O acesso ao conhecimento, sobretudo, aos mecanismos de produção e divulgação não é a única forma de superar as desigualdades, mas pode colaborar com tal fato. Nesse contexto o sistema de cotas é uma possibilidade de acesso as universidades que proporciona aos sujeitos beneficiados um novo direcionamento das suas vidas.

Entretanto, em pesquisa realizada com estudantes da UEPB, Campus III – Guarabira, dos Cursos de História, Geografia, Letras, Pedagogia e Direito dos diferentes períodos percebemos que há uma rejeição significativa ao uso dessa política na UEPB. Dos trinta e sete alunos/as entrevistados/as, 24,3% se posicionaram contra as políticas de cotas.

Uma estudante do Curso de História falou o seguinte sobre a sua concepção acerca do uso das cotas como mecanismo de acesso a universidade:

Em minha opinião ela não é justa, muitas pessoas se aproveitam dela, pertence à rede particular e se matricula na pública para aderir às cotas (Estudante 1 – Curso de História/UEPB).

Agora veja a opinião de um estudante do Curso de Geografia:

Em minha opinião esse sistema de cotas não era para existir nas universidades, vejo esse sistema já como uma forma de



racismo. O exercício de cidadania tem que existir sempre (Estudante 2 – Curso de Geografia/UEPB).

Uma estudante do Curso de Letras disse o seguinte:

As cotas sociais são justas na minha avaliação positivas, porém, as raciais acho um pouco desnecessária, uma vez que, somos todos iguais e nas mesmas são privilegiadas só uma parte da população. Todos tem acesso por igual nas escolas, então conseqüentemente nas universidades (Estudante 3 – Curso de Letras/UEPB).

A estudante de Pedagogia se posicionou dessa forma:

Não concordo se hoje pregamos um mundo de igualdade racial isso se contradiz, pois todos somos iguais independentes de raça, cor e cultura (Estudante 4 – Curso de Pedagogia/UEPB).

Já uma estudante do Curso de Direito foi bem breve e disse o seguinte:

Sou contra as cotas raciais, pois é um tipo de discriminação (Estudante 5 – Curso de Direito/UEPB).

Na fala desses estudantes é perceptível que a política de cotas, seja racial ou social, causa certo incômodo em parte deles, o que gera reprovação do sistema de cotas. Entretanto, ao analisar cada fala é perceptível que os critérios que os sujeitos utilizam para se posicionar contra o sistema de cotas demonstram que esta política é vista apenas de um ângulo e assim se desconsidera o restante dos ângulos, ou seja, esses sujeitos apenas veem as cotas de forma negativa, esquecendo-se de observar como ela pode ser tão benéfica, possibilitando o empoderamento dos grupos marginalizados a ascensão social através do conhecimento, assim como, sua imagem servir de referencial para os demais, mudando a vida dos que se incluem como cotistas e os que estão em contato com os mesmos, transformando a sociedade em um local realmente propício a diversidade, tendo em vista, seu início nos centros universitários.

A estudante de História no seu discurso afirma que: “muitas pessoas se aproveitam dela”, ou seja, das cotas (Estudante 1 – Curso de História/UEPB), ou seja, as pessoas não precisariam das cotas na realidade mais mudam de escola apenas para fazer uso do sistema de cotas.

Para que o estudante tenha acesso à UEPB através das cotas é necessário o candidato ter cursado integralmente o ensino médio na rede pública, o que ocorre com grande parte dos contemplados pelo sistema de cotas. Eles não só cursaram o ensino médio na rede pública, mas, toda a educação básica, do 1º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio. Portanto, o argumento da estudante de História para justificar sua opinião contrária as cotas sociais na UEPB não tem fundamento.

O estudante de Geografia ao afirmar “vejo esse sistema já como uma forma de racismo” (Estudante 2 – Curso de Geografia/UEPB). Se racismo é garantir o direito de acesso ao ensino superior às classes marginalizadas, este racismo deve ser visto como positivo. A proposta das cotas sociais não é discriminar na perspectiva da exclusão, mas tão somente incluir. É um mecanismo de transformar a sociedade a começar pelo ambiente universitário, uma vez que diferentes sujeitos passarão a compô-lo, tornando-o um local diverso como é a sociedade brasileira.

A estudante de Letras afirmou que: “As cotas sociais são justas na minha avaliação positivas, porém, as raciais acho um pouco desnecessária” (Estudante 3 – Curso de Letras/UEPB). Nessa afirmação se percebe o quanto as cotas sociais são aceitas em relação às cotas raciais. Essa mesma estudante ainda afirmou que: “todos somos iguais” (Estudante 3 – Curso de Letras/UEPB).

O direito a igualdade, apesar de ser uma premissa não corresponde a realidade do Brasil, muito menos do Estado da Paraíba, uma vez que, as desigualdades imperam no cenário nacional e estadual. Se a igualdade existisse não havia distanciamento entre as pessoas brancas e negras. Por fim a estudante diz que “Todos tem acesso por igual nas escolas então consequentemente nas universidades” (Estudante 3 – Curso de Letras/UEPB). Esta afirmação não é verdadeira, pois, a educação no Brasil desde outrora excluiu os menos favorecidos economicamente. Ainda hoje temos na sociedade brasileira evidências desse processo que é histórico, visto que o

acesso a educação de qualidade e, sobretudo a superior ainda é privilégio e não direito do cidadão brasileiro.

A estudante de Pedagogia afirmou “se hoje pregamos um mundo de igualdade racial isso se contradiz”, (Estudante 4 – Curso de Pedagogia/UEPB). Ela se refere às cotas raciais, mais uma vez, vê-se a reprovação desta modalidade de cotas. A utilização das cotas como mecanismo de promoção da igualdade não se constitui uma contradição, pois as cotas têm como objetivo reparar as desigualdades, ou seja, promover a igualdade de acesso ao ensino superior a todos, visto que uma parte já tem acesso devido a sua condição econômica, a que não tem, passa a ter por meio dessa política. Esta estudante ainda afirma que “todos somos iguais independente de raça, cor e cultura” (Estudante 4 – Curso de Pedagogia/UEPB).

Desde a chegada dos portugueses no Brasil, a cultura europeia foi imposta aos povos que habitavam esse território. A partir de então a cultura indígena e posteriormente a cultura africana, assim como os povos que a praticavam passaram a não ter valor, ou seja, passaram a ser desvalorizados e a cultura europeia passou a ser valorizada em detrimento as outras culturas existentes no Brasil.

A posição da estudante de Direito é de rejeição as cotas raciais e esta justifica seu posicionamento da seguinte forma, “pois é um tipo de discriminação” (Estudante 5 – Curso de Direito/UEPB). A negação as cotas raciais é decorrente da negação do racismo no Brasil. Se questionados quanto à existência do racismo no Brasil muitos afirmam que ele existe, entretanto, é raro alguém reconhecer que é racista. Se as cotas raciais são um tipo de discriminação, e as mesmas proporcionarem a superação do abismo existente entre brancos/as e negros/as na sociedade brasileira, portanto, essa pode até ser uma forma de discriminação, porém, não segrega, mas promove os sujeitos.

As falas dos estudantes são denotativas de que há maior rejeição as cotas com recorte étnico-racial do que as cotas socioeconômicas. Na afirmação de outro estudante de História ele faz questão de deixar isso claro.

Cotas sociais incluem cotas raciais não. Posição social afeta as oportunidades de um indivíduo, raça não. Isso não significa que

não há um grupo que tem vantagem em relação aos outros, mas hoje esse grupo é definido por suas posses e não por sua etnia (Estudante 2 – Curso de História/UEPB).

A desigualdade social no Brasil é um fato inegável, entretanto, no decorrer dos dias, ou seja, cotidianamente esse fato torna-se natural, assim, a naturalização das desigualdades é o que caracteriza a rejeição as políticas de cotas.

Porém, tudo que envolve o sistema de cotas é muito complexo, até mesmo, por ser um assunto que ganhou dimensão pública no Brasil recentemente. Muitos estudantes não sabem nem mesmo como se posicionar veja o que diz uma estudante de Geografia:

Sou a favor e contra ao mesmo tempo, sou a favor pois com essas cotas o número de ingresso ao ensino superior melhorou; e contra porque a constituição defende o direito á educação a todos ; e as cotas surgiram para garantir o acesso aos mais podres; sendo que a constituição diz que somos todos iguais; acho questão das cotas de certa forma mais uma forma de segregação, porém é uma forma mais segura de termos direito a educação superior. Acredito sim que essa inclusão é necessária.; só acho taxativo ter que assumir seu lugar através das cotas; mas é uma ferramenta certa para os negros e índios cursarem os cursos; espero que daqui a alguns dias exista passe livre para todas as raças (Estudante 2 – Curso de Geografia/UEPB).

No discurso dessa estudante fica evidente a contradição parece até que são duas pessoas falando, ela defende e ataca ao mesmo tempo. Percebe-se que o seu posicionamento em relação ao tema ainda está em formação, mas, vê-se que a mesma reconhece a importância das cotas para a sociedade, porém, o discurso do universalismo, da isonomia é presente na sua afirmação.

A utilização de critérios como a meritocracia, o universalismo e a isonomia legitima a concretização de privilegio nas mãos apenas de uma parte da população em detrimento a grande maioria que fica a mercê do descaso e sem acesso ao conhecimento.

Alguns estudantes questionaram a educação escolar, ou seja, a educação básica, uma vez que se tivéssemos uma educação básica de

qualidade à utilização das cotas seria desnecessário. Veja o que diz um estudante de Direito:

Apesar de ter uma posição favorável a cotas como direitos que foram infringidos no passado, como forma de reparar uma dívida social, acredita que a população deveria reivindicar melhor qualidade de educação pública nos anos iniciais, para que estes possam ter igualdade de oportunidade junto aos não cotistas não só nas universidades mais de um modo geral (Estudante 2 – Curso de Direito/UEPB).

Outro aluno de História disse o seguinte sobre essa questão:

Acredito que cotas devem acabar e se investir mais em uma educação de qualidade. se as pessoas não tem condições e frequenta uma universidade, por que facilitar sua entrada com cotas? Não seria melhor melhorar sua educação? Assim ela entraria na universidade do mesmo jeito que os mais providos de educação entram (Estudante 3 – Curso de História/UEPB).

Ainda sobre essa questão outro estudante de Direito disse o seguinte:

As cotas promovem uma inclusão parcial, pois pra que a inclusão seja total é preciso uma mudança no ensino menor e fundamental para que possa haver de fato uma inclusão de todos (Estudante 3 – Curso de Direito/UEPB).

Uma educação básica de qualidade é primordial para o desenvolvimento de todas as classes sociais do Brasil, entretanto, as escolas públicas não estão no mesmo patamar que as escolas privadas, pelo menos no que diz respeito a preparação para o acesso ao ensino superior, o que torna necessário a utilização do sistema de cotas.

Diante das entrevistas falas uma ressalva deve ser feita em relação à esta afirmação de um estudante de História, quando diz: “se as pessoas não tem condições e frequenta uma universidade, por que facilitar sua entrada com cotas?”(Estudante 4 – Curso de História/UEPB).

As pessoas que tem acesso a universidade por meio das cotas têm plenas condições de estarem inseridas nesse ambiente, pois para os cotistas ocuparem uma vaga nas universidades foi necessário que alcançassem a nota

de corte do curso escolhido, ou seja, os cotistas têm capacidade e é por meio do seu mérito que eles tornam-se acadêmicos.

As cotas funcionam como uma forma de crédito a população marginalizada, e se constituem numa oportunidade de elas provarem sua capacidade intelectual. As cotas ainda proporcionam aos cotistas, a autoconfiança, o autorrespeito, a dignidade e o direito de ascensão social.

Tendo em vista o questionário aplicado entre estudantes da UEPB, fica evidente que parte deles reprova o sistema de cotas nas universidades cerca de 24,3 dos estudantes, mas, a maioria o aprova e entendem-na como uma política necessária, representando 75,7% de aprovação de acordo com os entrevistados. Assim como se vê na afirmação de um estudante de História.

O sistema de cotas nas universidades públicas é algo muito polêmico. É muito comum ouvirmos falar que cor da pele não define a capacidade e sendo assim, o uso das cotas chega a ser desnecessário. Porém, do ponto de vista histórico e tendo em vista toda imagem construída negativa criadas sob o pobre e o negro e toda a dificuldade vivenciadas por eles, principalmente, porque geralmente são negros e pobres, considero uma medida justa e uma tentativa de construir uma sociedade com direitos iguais à todos (Estudante 5 – Curso de História/UEPB).

A positividade das políticas de cotas na sociedade brasileira é perceptível; essa política, além de transformar o ambiente universitário, tem transformado o cenário social, pois em meio as desigualdades existentes pessoas têm se apropriado do conhecimento, e vem mudando assim, as suas vidas. Uma das estudantes do Curso de Direito cotista, afirmou o seguinte sobre as cotas:

Como beneficiada do sistema de cotas acredito que o programa é de suma importância como veículo de inclusão social, como meio de reparar as desigualdades oriundos da deficiência no sistema social/educacional e serve como importante veículo que propicia a inclusão educacional, contribuindo para a inclusão social e econômica (Estudante 4 – Curso de Direito/UEPB).

A deficiência do Estado em exercer a função de garantir o direito a cidadania a todos os brasileiros, faz com que a inclusão social seja garantida

por outros meios, neste caso via as ações afirmativas. A educação é um dos campos sociais onde mais se nota as desigualdades sociais e raciais, esta cotidianamente constrói meios que exclui gradativamente as classes mais pobres. Se ela exclui pode construir mecanismos de inclusão.

Diante desse cenário e com as desigualdades imperando na Paraíba, a Universidade Estadual da Paraíba adotou as ações afirmativas sob a modalidade de cotas sociais no ano de 2007, como havia mencionado anteriormente nesse trabalho, com o intuito de promover o acesso à universidade.

Até o ano de 2014 o sistema de cotas sociais na UEPB funcionou da seguinte forma: por meio do vestibular organizado pela COMVEST e realizado pela própria instituição. Este concurso acontecia anualmente no período de três dias, nele a UEPB reservava 50% das vagas de cada curso para os alunos oriundos da escola pública da Paraíba, e que tenham cursado integralmente o ensino médio no sistema público de ensino.

Quando foi criado o sistema de cotas na UEPB pensou-se também em como assegurar a permanência dos estudantes cotistas na universidade, pois, abrir apenas vagas não é fundamental, uma vez que, é necessário oferecer condições plausíveis para a modificação desse ambiente. Entretanto, algo que está afetando esse sistema é a crise financeira que fez com que programas de apoio parassem de ser ampliado e o ciclo estabelecido pelo CONSEPE para o oferecimento dos 50% das vagas pelas cotas fechou no ano de 2011. Mesmo período em que houve a parada para a ampliação de programas voltados para a assistência dos estudantes.

Um fato interessante em torno das ações afirmativas aconteceu no ano de 2012, na realização de seminário com a temática étnico-racial, este fora o IV Seminário Nacional de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas. O Professor Rangel Junior, nesse período Pró-reitor de planejamento da UEPB, ao representar a Reitora Marlene Alves na abertura desse evento, falou da importância desses eventos e relatou que iria apresentar propostas para a abertura de debate junto à comunidade acadêmica sobre a necessidade de implantação das cotas étnico-raciais na UEPB. Entretanto, no ano de 2014 quando o Professor Rangel Junior ocupa o cargo de Reitor da instituição,

houve uma modificação no sistema de cotas na UEPB. Foram estabelecidos pelo CONSEPE critérios para utilização das cotas e retiraram-se as cotas dos Cursos de Licenciaturas.

O CONSEPE também aprovou por unanimidade a readequação da Resolução que define a política de cotas na UEPB. A proposta estabelece que, a partir de agora, apenas os cursos de Bacharelado terão reserva de 50% do total de suas vagas destinadas para alunos egressos das escolas públicas. Obrigatoriamente, para optar por uma vaga usando esta ação afirmativa, os candidatos precisam ter cursado o Ensino Médio integralmente em escola da rede pública, além de não ter concluído curso de graduação ([www.transparencia.uepb.edu.br](http://www.transparencia.uepb.edu.br) 22/05/2015).

Além da mudança na Resolução 06/2006, o vestibular organizado pelo COMVEST, hoje CPCOM acabou, e a partir do ano de 2015, o sistema para ingressar nos cursos de graduação da UEPB passou a ser o SISU (Sistema de Seleção Unificada).

A Reitoria justificou a exclusão das cotas dos Cursos de Licenciaturas, pois, acredita que a política de cotas na UEPB já cumpriu sua função social nesses cursos.

Como para os Cursos de Licenciatura o sistema de cotas não cumpre mais sua finalidade, os candidatos que disputarem vagas nesta modalidade participarão por meio de concorrência geral. O reitor Rangel Junior explicou que a ideia é flexibilizar e ampliar a democratização do acesso dos estudantes à UEPB. Segundo ele, o sistema de cotas, no caso dos cursos de Licenciatura, já cumpriu o seu papel. Com a mudança, a UEPB está criando a possibilidade de inclusão de maior número de egressos de escola pública nos cursos de Licenciatura, já que a restrição de 50% estava produzindo o efeito contrário (a exclusão), impedindo que candidatos com notas superiores aos da ampla concorrência fossem classificados ([www.transparencia.uepb.edu.br](http://www.transparencia.uepb.edu.br) , 22/05/2015).

Ainda sobre essa questão o pró-reitor de graduação Professor Eli Brandão afirmou que:

{...} dados levantados pelo MEC, relativos à ocupação das vagas nos cursos de Licenciatura, no cenário nacional, demonstram que mais de 80% dos estudantes matriculados nas licenciaturas são egressos de escola pública. Ele informou, ainda, que em relação ao mesmo caso dados levantados pela



PROGRAD, no âmbito da UEPB, demonstram que o percentual de matriculados nos cursos de Licenciatura e oriundos da rede pública é de 65,6%, enquanto que, nos bacharelados, os estudantes oriundos da escola pública correspondem a 52,6%. ([www.transparencia.uepb.edu.br](http://www.transparencia.uepb.edu.br), 22/05/2015).

De acordo com essas citações fica claro que o sistema de cotas na UEPB foi retirado dos Cursos Licenciaturas, devido, esses cursos serem ocupados por grande parte das pessoas oriundas da escola pública.

Apesar de todas as discussões e polêmicas em torno das políticas de cotas, esta tem uma única preocupação possibilitar à integração das classes pobres a sociedade e se constitui numa oportunidade de mudança de vida e de rumo da história no Brasil. Acerca dessa questão uma estudante de História definiu precisamente o sistema de cotas.

Acho importante o sistema de cotas, não para afirmar a superioridade de negros ou pobres em relação a “brancos” ou pessoas de nível econômico mais alto, mas para que todos tenham oportunidade de acesso ao ensino superior, que se valendo do esforço e da capacidade individual de cada um, lhes proporcionar alcançar um futuro melhor (Estudante 6 – Curso de História/UEPB).

A concretização de um futuro melhor para todos, inclusive para a sociedade paraibana, apenas será possível por meio da educação, do acesso ao processo de construção e difusão do conhecimento, enfim, o Estado cumprindo o seu papel, qual seja, o de dar qualificação aos cidadãos, o acesso à informação, ou seja, a apropriação do conhecimento científico certamente haverá mudança na concepção de vidas de toda a sociedade.

## Considerações Finais

As ações afirmativas sob a modalidade de cotas, ou seja, a reserva de vagas nas universidades é o ponto principal desse trabalho, dando maior ênfase para as Universidades da Paraíba, sobretudo a UEPB, ressaltando a necessidade da utilização dessa política no estado.

A utilização do sistema de cotas é um assunto que gera muita polêmica e que sofre a reprovação por parte da opinião pública, onde o uso de critérios como a meritocracia, o universalismo, a isonomia o racismo a brasileira são constantemente utilizados como forma de justificativa para se opuser a essa política, porém, esses mesmos critérios são os que ocasionam as desigualdades, uma vez que, acabam por concentrar privilégios apenas a uma parte da população em detrimento da grande maioria.

Neste trabalho fica claro que as relações entre as pessoas se estabelece por meio de divisão de classes, assim como, a cor da sua pele, que acaba por apresentar o valor dessas pessoas perante a sociedade, onde o favorecimento de privilégios sociais se mantem por séculos e refletem-se na atualidade.

A pesquisa realizada nesse trabalho tem apenas um valor simbólico, tendo em visto o quantitativo dos alunos entrevistados, ou seja, 37 alunos, assim a mesma tem por função enriquecer esse estudo.

Na pesquisa realizada com os estudantes da UEPB, no campo III – Guarabira, foi constatado que 24,3 % dos alunos/as entrevistados reprovam o sistema de cotas, sejam elas com critérios raciais ou sociais, entretanto, no decorrer desse trabalho foi visto que há uma maior aceitação das cotas sociais do que as cotas raciais, essa pesquisa veio a confirmar esse dado, visto que dos 24,3% dos alunos/as que reprovam essa política, 16,2% fizeram questão de enfatizar que se opõem as cotas raciais e que acreditam serem desnecessárias e apenas 8,1% afirmaram sua reprovação por parte das cotas sociais, ou seja, aqui fica claro que o problema não é a utilização da política de ações afirmativas sob a forma de cotas nas universidades, mas, o que realmente incomoda grande parte dos entrevistados é a cor das cotas.

O forte preconceito em solos paraibanos é impossível negar e se reflete na não aceitação das cotas das raciais, visto que, a UFPB foi muito resistente a implantação de políticas de cotas, essas que são com recorte racial e UEPB que utiliza a política de cotas desde o ano de 2007, tem como critério social, sendo implantada e aceita com mais facilidade.

A pregação da não existência do racismo, ou seja, o que se prega popularmente é que o preconceito racial já existiu, mas, que isso faz parte do nosso passado, entretanto, como justificar tantos médico/as, engenheiros/as, advogados/as, arquitetos/as, professores/as universitários/as, bancários/as brancos/as, e tão poucos negros/as ocupando esses cargos, o Brasil precisa si reconhecer como ele realmente é, um país racismo para curar suas mazelas e mudar sua história.

Frente a este problema temos uma única alternativa à educação, e por meio da apropriação do conhecimento para vencer a pobreza, a discriminação e promover à igualdade, a diversidade tão almejada, assim, as ações afirmativas começam por propiciar essa diversidade nas universidades para que assim elas rompam os muros desses prédios e tomem todo o Brasil.

A importância da utilização desse política teve seu reconhecimento na pesquisa anteriormente mencionada, onde 75,7% dos alunos/as entrevistados reconhecem a necessidade dessa política como algo que garante a oportunidade de acesso de todos as universidades e como alternativa de um futuro melhor para todos, enfim, apenas o conhecimento pode mudar os rumos da vidas das pessoas que vivem a margem da sociedade, quebrando os limites impostos socialmente e alcançando a ascensão social, o reconhecimento da sua cultura e a valorização de todos os povos que compõem a população brasileira.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, Luciana Augusto. **“Pela graça da mistura”: ações afirmativas, discurso e identidade no Curso de Direito em Universidades Públicas Paraibanas.** João Pessoa: UFPB, 2014 (Tese de Doutorado/Programa de Pós-Graduação em Educação).

CARVALHO, José Jorge de. **Uma proposta de cotas para negros e índios na universidade de Brasília.** O público e o privado - Nº 3 - Janeiro/Junho – 2004.

CARVALHO, José Jorge de. **Ações afirmativas como resposta ao racismo acadêmico e seu impacto nas ciências sociais brasileiras.** Teoria e pesquisa 42 e 43, janeiro / julho – 2003.

COSTA, Nayara Tatianna Santos da. **Do debate à implementação: a versão não oficial das cotas raciais na UFPB.** João Pessoa: UFPB, 2012.

**Educação, ações afirmativas e relações étnico-raciais no Brasil /** Marco Aurélio Paz Tella (Org.). João Pessoa: NEABI/UFPB, 2012.

EVANGELISTA, Felipe Camelo de Freitas. **Ações Afirmativas e Situações Contingentes: em busca de critérios.** João Pessoa: UFPB, 2012.

FARIAS, Camilo de Lélis Diniz de Farias; ARAÚJO, Gildércia Silva Guedes de; COSTA, Laysla Alencar de França. **Ações Afirmativas e políticas de cotas de inclusão na Universidade Estadual da Paraíba: um estudo de caso.** Revista jurídica da UEPB, vol.4, n. 4, 2013. Disponível em <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/datavenia/article/view/1797/1197>>. Acesso em: 17 mai. 2015.

GRYNBERG, Fernanda Sapira. **A questão das cotas raciais frente ao princípio constitucional da igualdade.** Rio de Janeiro: EMERJ, 2012.

GUARNIERI, F.V.; Melo-Silva, L.L. Ações afirmativas na educação superior: rumos da discussão nos últimos cinco anos. **Psicologia & Sociedade.** 19 (2): 70-78, 2007.

MARCHA ZUMBI. **Por uma política nacional de combate ao racismo e à desigualdade racial: Marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e a vida.** Brasília: Cultura Gráfica e Ed. Ltda, 1996.

MOEHLECKE, Sabrina. Ações Afirmativas: histórias e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 197-217, novembro/2002.

MUNANGA, Kabengele. **Políticas de Ação Afirmativa em Benefício da População Negra no Brasil: Um ponto de vista em defesa de cotas.** Sociedade e Cultura, v. 4, n. 2, p. 31-43 jul./dez. 2001.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas; SANTOS, Jocélio Teles dos. **Sistema de cotas: um debate. Dos dados à manutenção de privilégio e de poder.** *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 717-737, out. 2006. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas.** Brasília: UnB, 2007.

SANTOS, Sales Augusto dos ET AL. **“Ações Afirmativas (affirmative action) no direito norte-americano”.** *Revistas dos Tribunais*, 2001.

SILVA, Graziella Morais Dias da. **Ações Afirmativas no Brasil e na África do Sul.** *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, V. 18, n.2, 2006.

TEIXEIRA, Moema De Poli. **Negros Egressos da Universidade Federal Fluminense.** Pesquisadora do IBGE e do PENESB/UFF, 1995-2002.

BAMIDELÊ; NEABI. **Bamidelê e NEABI discutem cotas raciais na Universidade Federal da Paraíba.** Publicado em 29 mar. 2012. Disponível em:<<http://correionago.ning.com/profiles/blogs/bamidel-e-neabi-discutem-cotas-raciais-na-universidade-federal-da>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

BAMIDELÊ. **Ação Afirmativa nas instituições públicas de ensino superior - em defesa das cotas raciais na Paraíba.** Publicado em 01 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.fundodireitoshumanos.org.br/v2/pt/projects/view/bamidele-organizacao-de-mulheres-negras-na-paraiba-1>> . Acesso em 26 mar. 2015.

BRASIL. **Constituição de república federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91972/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

CLICKPB. **Estudantes secundaristas parabenizam UEPB pelo sistema de cotas0.** Publicado em 25 Jul. 2007. Disponível em: <<http://www.clickpb.com.br/noticias/brasil/estudantes-secundaristas-parabenizam-uepb-pelo-sistema-de-cotas/>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

Cotas raciais : por que sim? / uma publicação do Ibase. – 3.ed. – Rio de Janeiro: Ibase, 2008. Disponível em: <[www.ibase.br](http://www.ibase.br)>. Acesso em: 30 març. 2015.

**Decreto nº 7.824, de outubro de 2012.** Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF, 11 out. 2012a. Disponível

em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03\\_ato20112014/2012/Decreto/D7824.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03_ato20112014/2012/Decreto/D7824.htm)>. Acesso em: 05 mar. 2015.

**Lei nº 12.711, de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, 29 ago. 2012b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)>. Acesso em: 05 mar. 2015.

UEPB CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. UM DEVER E UM DIREITO. **Consepe define critérios e número de vagas para 2015, aprova novo Calendário Acadêmico e mudança no sistema de cotas.** Publicado em 13 nov 2014. Disponível em: <[www.transparencia.uepb.edu](http://www.transparencia.uepb.edu)> . Acesso em: 25 mai. 2015.

UOL NOTÍCIAS. **Cota em universidades federais para aluno de escola pública é vista como reserva.** Publicado em 08 ago. 2012. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2012/08/08/cota-para-aluno-de-escola-publica-e-vista-com-reserva.htm>>. Acesso em: 03 mar.2015.

**ANEXOS:**

## ANEXO A- Questionário utilizado para a coleta de dados



Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.

Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1. IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

1. Qual o seu curso? ( ) História. ( ) Geografia. ( ) Letras.

( ) Pedagogia. ( ) Direito.

2. Qual a sua idade? \_\_\_\_\_

3. Você é do sexo: ( ) Feminino. ( ) Masculino.

4. Você se considera: ( ) Índio/a. ( ) Branco/a. ( ) Negro/a.

( ) Pardo/a. ( ) Amarelo/a.

5. A sua renda familiar mensal é? ( ) Menos de 1 Salário Mínimo.

( ) De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal. Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

( ) Sim. ( ) Não.

3-Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

ANEXO B- Questionários respondidos pelos estudantes da UEPB Campus III- Guarabira.



Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.

Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso? ( ) História. ( ) Geografia. ( ) Letras.  
(X) Pedagogia. ( ) Direito.
- b- Qual a sua idade? 21 anos
- c- Você é do sexo: (X) Feminino. ( ) Masculino.
- d- Você se considera: ( ) Índio/a. ( ) Branco/a. (X) Negro/a.  
( ) Pardo/a. ( ) Amarelo/a.
- e- A sua renda familiar mensal é? (X) Menos de 1 Salário Mínimo.  
( ) De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal. Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

( ) Sim. (X) Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

*Sou a favor das cotas, pois dessa forma o direito de entrar nas universidades abrange a todos.*

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

*É bem interessante às cotas nas universidades e seu de acordo.*





Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.

Suzielle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso? ( ) História. ( ) Geografia. ( ) Letras.  
 Pedagogia. ( ) Direito.  
 b- Qual a sua idade? 19  
 c- Você é do sexo:  Feminino. ( ) Masculino.  
 d- Você se considera: ( ) Índio/a. ( ) Branco/a. ( ) Negro/a.  
 Pardo/a. ( ) Amarelo/a.  
 e- A sua renda familiar mensal é? ( ) Menos de 1 Salário Mínimo.  
 De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal. Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

( ) Sim.  Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

Não concordo, pois as pessoas negras não possuem mermais) como qualquer outra e vivemos em um país que lutamos pela igualdade.

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

Sou a favor das cotas nas universidades públicas pois as pessoas com renda familiar "baixa" puderam ter acesso a universidade.



Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.

Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso? ( ) História. ( ) Geografia. ( ) Letras.  
(x) Pedagogia. ( ) Direito.
- b- Qual a sua idade? 21
- c- Você é do sexo: (x) Feminino. ( ) Masculino.
- d- Você se considera: ( ) Índio/a. ( ) Branco/a. ( ) Negro/a.  
(x) Pardo/a. ( ) Amarelo/a.
- e- A sua renda familiar mensal é? ( ) Menos de 1 Salário Mínimo.  
(x) De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal. Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

( ) Sim. (x) Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

Não concordo, se hoje pregamos um mundo de igualdade racial isso se contradiz, pois, todos somos iguais independente de raça, cor e cultura.

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

Concordo. Porque é um abrir portas ao conhecimento para as pessoas que ainda tem renda limitada (baixa).



Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.

Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso? ( ) História. ( ) Geografia. ( ) Letras.  
(X) Pedagogia. ( ) Direito.  
b- Qual a sua idade? 20  
c- Você é do sexo: (X) Feminino. ( ) Masculino.  
d- Você se considera: ( ) Índio/a. ( ) Branco/a. (X) Negro/a.  
( ) Pardo/a. ( ) Amarelo/a.  
e- A sua renda familiar mensal é? ( ) Menos de 1 Salário Mínimo.  
(X) De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal.  
Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

( ) Sim. (X) Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

*Vejo uma atitude plausível, pois depois de tantas lutas, nós negros, ainda sofremos o tal "preconceito" e nada mais justo que as cotas para começar esse desconforto social.*

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

*Bem, com foi ali acima acho uma atitude plausível, mas ainda longe de ser considerada ideal, pois a quantidade de vagas para nós ainda é muito pouco.*



Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.

Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso? ( ) História. ( ) Geografia. ( ) Letras.  
 Pedagogia. ( ) Direito.  
 b- Qual a sua idade? 21  
 c- Você é do sexo:  Feminino. ( ) Masculino.  
 d- Você se considera: ( ) Índio/a.  Branco/a. ( ) Negro/a.  
 ( ) Pardo/a. ( ) Amarelo/a.  
 e- A sua renda familiar mensal é? ( ) Menos de 1 Salário Mínimo.  
 De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal.  
 Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

Sim. ( ) Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

*É algo importante, porque ajuda a pessoa de renda baixa e negatos a ingressar na universidade.*

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

*É bastante importante, mas ainda há muito "preconceito" contra negros e sobre a inclusão pois tem pessoas que se sentem inferiores por terem usado a cota.*



Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.

Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso? ( ) História. ( ) Geografia. (X) Letras.  
( ) Pedagogia. ( ) Direito.
- b- Qual a sua idade? 36
- c- Você é do sexo: ( ) Feminino. (X) Masculino.
- d- Você se considera: ( ) Índio/a. ( ) Branco/a. ( ) Negro/a.  
(X) Pardo/a. ( ) Amarelo/a.
- e- A sua renda familiar mensal é? (X) Menos de 1 Salário Mínimo.  
( ) De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal. Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

(X) Sim. ( ) Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

*É de grande importância, pois é a partir da oportunidade de muitas pessoas chegarem a ter uma formação superior.*

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

*Particularmente acho importante porém, acredito que deveria ser algo mais eficiente, ao mesmo tempo que dá a ideia de um plano da vez a apenas um de trunfo de um jogo ideológico.*



Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.

Suzylle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso? ( ) História. ( ) Geografia.  Letras.  
( ) Pedagogia. ( ) Direito.
- b- Qual a sua idade? 18
- c- Você é do sexo: ( ) Feminino.  Masculino.
- d- Você se considera: ( ) Índio/a. ( ) Branco/a. ( ) Negro/a.  
 Pardo/a. ( ) Amarelo/a.
- e- A sua renda familiar mensal é? ( ) Menos de 1 Salário Mínimo.  
 De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal. Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

( ) Sim.  Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

*São necessárias. Apesar de grande parte da população ser negra e "classe média", a maioria das pessoas na Universidade não pertencem a essa parte da população.*

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

*Acho válido, não é fácil se manter ou entrar em uma universidade, não por questões de pontuação, mas sim, acesso ao local de estudo. Esses programas ajudam os estudantes a ingressar e se manter na faculdade.*



Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.

Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso? ( ) História. ( ) Geografia. (X) Letras.  
( ) Pedagogia. ( ) Direito.  
b- Qual a sua idade? 20  
c- Você é do sexo: (X) Feminino. ( ) Masculino.  
d- Você se considera: ( ) Índio/a. (X) Branco/a. ( ) Negro/a.  
( ) Pardo/a. ( ) Amarelo/a.  
e- A sua renda familiar mensal é? (X) Menos de 1 Salário Mínimo.  
( ) De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal. Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

(X) Sim. ( ) Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

*Na minha opinião as cotas facilitam o acesso às universidades.*

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

*As inclusões sociais ajudam muito mas na minha opinião deveriam expandir pois as oportunidades não estão sendo necessárias.*



Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.

Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso? ( ) História. ( ) Geografia. (X) Letras.  
( ) Pedagogia. ( ) Direito.  
b- Qual a sua idade? 27  
c- Você é do sexo: (X) Feminino. ( ) Masculino.  
d- Você se considera: ( ) Índio/a. ( ) Branco/a. ( ) Negro/a.  
(X) Pardo/a. ( ) Amarelo/a.  
e- A sua renda familiar mensal é? ( ) Menos de 1 Salário Mínimo.  
(X) De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal. Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

(X) Sim. ( ) Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

Sim, é válida desde que seja devidamente usada quem precisa, ela é muito importante pois facilita o acesso a universidade.

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

Ela é muito de grande valia, pois com ela é que garantimos muitos acesso a universidade, através dela muita gente que antes não podia entrar, <sup>uma universidade</sup> hoje seria mais fácil por isso que sou a favor.





Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.

Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso? ( ) História. ( ) Geografia.  Letras.  
( ) Pedagogia. ( ) Direito.
- b- Qual a sua idade? 19
- c- Você é do sexo:  Feminino. ( ) Masculino.
- d- Você se considera: ( ) Índio/a. ( ) Branco/a.  Negro/a.  
( ) Pardo/a. ( ) Amarelo/a.
- e- A sua renda familiar mensal é? ( ) Menos de 1 Salário Mínimo.  
 De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal. Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

( ) Sim.  Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

É muito boa pois assim os jovens tem direito a ingressarem em universidades sem pagar nada

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

A inclusão social por meio de cotas universitárias é muito importante pois assim vários jovens são incluídos inclusive aqueles que não tem nenhuma condição; sem falar que através delas os jovens podem se formar para tornarem



Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.

Suzielle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso? ( ) História. ( ) Geografia.  Letras.  
( ) Pedagogia. ( ) Direito.
- b- Qual a sua idade? 40
- c- Você é do sexo:  Feminino. ( ) Masculino.
- d- Você se considera: ( ) Índio/a. ( ) Branco/a. ( ) Negro/a.  
 Pardo/a. ( ) Amarelo/a.
- e- A sua renda familiar mensal é?  Menos de 1 Salário Mínimo.  
( ) De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal. Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

( ) Sim.  Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

*Concordo, porque assim beneficia a todos.*

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

*É um bom, enriquecimento, sendo assim a prioridade a todos participarem, de um curso desejado, por parte de alguns.*



Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.

Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso? ( ) História. ( ) Geografia. (X) Letras.  
( ) Pedagogia. ( ) Direito.  
b- Qual a sua idade? 23  
c- Você é do sexo: (X) Feminino. ( ) Masculino.  
d- Você se considera: ( ) Índio/a. ( ) Branco/a. (X) Negro/a.  
( ) Pardo/a. ( ) Amarelo/a.  
e- A sua renda familiar mensal é? (X) Menos de 1 Salário Mínimo.  
( ) De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal. Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

(X) Sim. ( ) Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

As cotas raciais, não justas na minha avaliação positiva, porém as raciais acho um pouco que desmereçam uma vez que todos são iguais e nos mesmos não privilegiados no uma parte da população. Todos tem acesso por igual nas escolas, então consequentemente, nas universidades também.

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

As cotas raciais é uma ideia positiva, mas além de facilitar essa entrada para quem mais precisa, é necessário também uma estrutura para mantê-los nesse novo ambiente que requer muitos gastos.

No caso das raciais, como já disse acima, todos somos iguais, e se não temos nenhuma necessidade especial não é preciso uma prioridade, como essa, apesar de ser beneficiada pelas cotas, acredito que seja um caso ainda a



Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.

Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
Prof. Dr. Waideci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso? ( ) História. (X) Geografia. ( ) Letras.  
( ) Pedagogia. ( ) Direito.  
b- Qual a sua idade? 19  
c- Você é do sexo: (X) Feminino. ( ) Masculino.  
d- Você se considera: ( ) Índio/a. ( ) Branco/a. (X) Negro/a.  
(X) Pardo/a. ( ) Amarelo/a.  
e- A sua renda familiar mensal é? ( ) Menos de 1 Salário Mínimo.  
(X) De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal.  
Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

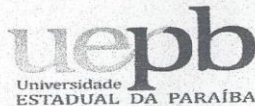
( ) Sim. (X) Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

Considero importante o sistema de cotas num país como o nosso, mas tem que haver fiscalização.

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

Inclui muitos jovens com baixas renda e negros na sociedade fazendo vencer o preconceito.



Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.

Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso? ( ) História.  Geografia. ( ) Letras.  
( ) Pedagogia. ( ) Direito.  
b- Qual a sua idade? 29 anos  
c- Você é do sexo:  Feminino. ( ) Masculino.  
d- Você se considera: ( ) Índio/a. ( ) Branco/a. ( ) Negro/a.  
 Pardo/a. ( ) Amarelo/a.  
e- A sua renda familiar mensal é? ( ) Menos de 1 Salário Mínimo.  
 De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal. Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

( ) Sim.  Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

*Deu para a favor e contra ao mesmo tempo: deu a favor pois com essas cotas o número de ingresso nas ensino superior melhorou; e contra por que a constituição defende o direito à educação a todos; e as cotas surgiram pra garantir acesso aos mais pobres, sendo que a constituição diz que todos iguais.*

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

*Acho a questão das cotas de certa forma mais uma forma de segregação pois é uma forma mais segura de termos direito a educação superior; acredito sim que essa inclusão é necessária; só acho tachativo ter que assumir seu lugar através das cotas; mas é uma ferramenta certa para os negros; índios e outros nos cursos; espero que daqui a alguns anos exista mais liberdade para todos os negros.*



Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.  
 Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
 Prof. Dr. Waideci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso? ( ) História. (X) Geografia. ( ) Letras.  
 ( ) Pedagogia. ( ) Direito.  
 b- Qual a sua idade? 21 anos  
 c- Você é do sexo: ( ) Feminino. (X) Masculino.  
 d- Você se considera: ( ) Índio/a. ( ) Branco/a. ( ) Negro/a.  
 (X) Pardo/a. ( ) Amarelo/a.  
 e- A sua renda familiar mensal é? ( ) Menos de 1 Salário Mínimo.  
 (X) De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal.  
 Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

( ) Sim. (X) Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

*Para mim, as cotas em universidades públicas são válidas, pois as regras e o perfil delas a única maneira das minorias terem acesso ao nível Superior.*

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

*A favor. Pois toda e qualquer forma de incentivo as pessoas que tem menor acesso a educação de qualidade tem entrada a um curso Superior.*



Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.

Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso? ( ) História. (X) Geografia. ( ) Letras.  
( ) Pedagogia. ( ) Direito.
- b- Qual a sua idade? 30 anos
- c- Você é do sexo: ( ) Feminino. (X) Masculino.
- d- Você se considera: ( ) Índio/a. (X) Branco/a. ( ) Negro/a.  
( ) Pardo/a. ( ) Amarelo/a.
- e- A sua renda familiar mensal é? ( ) Menos de 1 Salário Mínimo.  
( ) De 01 a 03 s. Mínimos. (X) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal. Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

( ) Sim. (X) Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

Na minha opinião esse sistema de cotas não era para existir nas universidades, vejo esse sistema já como uma forma de racismo. O exercício de cidadania entre os jovens tem que existir sempre.

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

Ao analisarmos cotas por deficiência, aí sim, já vejo como algum a ser colocado em prática, mas por motivos raciais ou sociais não vejo tanta necessidade.



Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.

Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso? ( ) História. (X) Geografia. ( ) Letras.  
( ) Pedagogia. ( ) Direito.
- b- Qual a sua idade? 24
- c- Você é do sexo: ( ) Feminino. (X) Masculino.
- d- Você se considera: ( ) Índio/a. (X) Branco/a. ( ) Negro/a.  
( ) Pardo/a. ( ) Amarelo/a.
- e- A sua renda familiar mensal é? ( ) Menos de 1 Salário Mínimo.  
(X) De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal. Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

( ) Sim. (X) Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

Sou a favor, pois possibilitou muitas jovens que são discriminadas pelo sistema social a ter acesso a universidades.

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

Em relação as cotas da universidade sou a favor e concordo pois possibilita os jovens que são favorecidos pelas cotas a ser incluído socialmente na educação universitária.





Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.

Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso? ( ) História.  Geografia. ( ) Letras.  
( ) Pedagogia. ( ) Direito.
- b- Qual a sua idade? 20
- c- Você é do sexo: ( ) Feminino.  Masculino.
- d- Você se considera: ( ) Índio/a. ( ) Branco/a. ( ) Negro/a.  
 Pardo/a. ( ) Amarelo/a.
- e- A sua renda familiar mensal é? ( ) Menos de 1 Salário Mínimo.  
 De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal. Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

( ) Sim.  Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

*Concordo, pois com essas políticas públicas muitos jovens poderiam cursar uma faculdade / um curso superior.*

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

*Sim a favor, pois pessoas que talvez não conseguissem cursar em uma faculdade, por motivo maiores, através destas cotas o aluno consegue cursar.*



Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.

Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso? ( ) História.  Geografia. ( ) Letras.  
( ) Pedagogia. ( ) Direito.
- b- Qual a sua idade? 38
- c- Você é do sexo: ( ) Feminino.  Masculino.
- d- Você se considera: ( ) Índio/a. ( ) Branco/a. ( ) Negro/a.  
 Pardo/a. ( ) Amarelo/a.
- e- A sua renda familiar mensal é? ( ) Menos de 1 Salário Mínimo.  
 De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal. Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

Sim. ( ) Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

ACHO IMPORTANTE, POIS COM ELA VÁRIOS JOVENS  
PUDEAM ENGRESSA NA UNIVERSIDADE, E ASSIM  
FAZER UMA VIDA MELHOR.

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

SOU A FAVOR, POIS COM ESSAS COTAS OUTRAS  
BENEFICIÁRIOS PUDEAM ENGRESSA NA UNIVERSIDADE.



Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.

Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso? ( ) História.  Geografia. ( ) Letras.  
( ) Pedagogia. ( ) Direito.
- b- Qual a sua idade? 38
- c- Você é do sexo: ( ) Feminino.  Masculino.
- d- Você se considera: ( ) Índio/a. ( ) Branco/a. ( ) Negro/a.  
 Pardo/a. ( ) Amarelo/a.
- e- A sua renda familiar mensal é? ( ) Menos de 1 Salário Mínimo.  
 De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal. Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

Sim. ( ) Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

ACHO IMPORTANTE, POIS COM ELA VÁRIOS JOVENS  
PUDERAM ENGRESSA NA UNIVERSIDADE, E ASSIM  
FAZER UMA VIDA MELHOR.

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

SOU A FAVOR, POIS COM ESSAS COTAS OUTRAS  
BENEFICIÁRIOS PUDERAM ENGRESSA NA UNIVERSIDADE.



Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.

Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso? ( ) História. ( ) Geografia. ( ) Letras.  
( ) Pedagogia. (X) Direito.
- b- Qual a sua idade? 17
- c- Você é do sexo: (X) Feminino. ( ) Masculino.
- d- Você se considera: ( ) Índio/a. ( ) Branco/a. ( ) Negro/a.  
(X) Pardo/a. ( ) Amarelo/a.
- e- A sua renda familiar mensal é? ( ) Menos de 1 Salário Mínimo.  
( ) De 01 a 03 s. Mínimos. (X) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal. Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

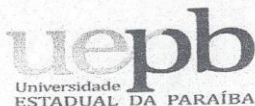
( ) Sim. (X) Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

~~Seu contra as cotas~~

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

Seu contra as cotas raciais, pois é um tipo de discriminação.



Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.  
 Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
 Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso? ( ) História. ( ) Geografia. ( ) Letras.  
 ( ) Pedagogia. (X) Direito.  
 b- Qual a sua idade? 21  
 c- Você é do sexo: (X) Feminino. ( ) Masculino.  
 d- Você se considera: ( ) Índio/a. ( ) Branco/a. ( ) Negro/a.  
 (X) Pardo/a. ( ) Amarelo/a.  
 e- A sua renda familiar mensal é? ( ) Menos de 1 Salário Mínimo.  
 (X) De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal.  
 Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

(X) Sim. ( ) Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

*É de grande importância, pois facilita a entrada dos grupos menos favorecidos ao ensino superior, levando-se em conta a dívida histórica que o país tem com os grupos socialmente vulneráveis.*

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

*As cotas ~~podem~~ promover mudanças significativas no cenário do ensino superior brasileiro e consequentemente mudar o quadro social brasileiro. Dando mais oportunidades aqueles que nasceram sem quase nenhuma expectativa.*



Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.

Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso? ( ) História. ( ) Geografia. ( ) Letras.  
( ) Pedagogia.  Direito.
- b- Qual a sua idade? 18
- c- Você é do sexo:  Feminino. ( ) Masculino.
- d- Você se considera: ( ) Índio/a. ( ) Branco/a. ( ) Negro/a.  
 Pardo/a. ( ) Amarelo/a.
- e- A sua renda familiar mensal é? ( ) Menos de 1 Salário Mínimo.  
 De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal. Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

( ) Sim.  Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

As cotas são importantes no que diz respeito aqueles que histórica e socialmente foram/são deixados a margem. Além disso, os beneficiados passam a participar mais ativamente de tudo que envolve a inclusão social dos jovens?

A inclusão através das cotas é positiva já que dá oportunidade aos que não têm (oportunidade) de atingir seus objetivos de modo um pouco mais igualitário



Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.

Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso? ( ) História. ( ) Geografia. ( ) Letras.  
( ) Pedagogia. (X) Direito.
- b- Qual a sua idade? 17
- c- Você é do sexo: (X) Feminino. ( ) Masculino.
- d- Você se considera: ( ) Índio/a. ( ) Branco/a. ( ) Negro/a.  
(X) Pardo/a. ( ) Amarelo/a.
- e- A sua renda familiar mensal é? (X) Menos de 1 Salário Mínimo.  
( ) De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal. Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

(X) Sim. ( ) Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

As cotas são feitas, faz que o ensino público não é de tanta qualidade deve-se dar incentivos e meios para que os jovens possam entrar nas universidades.

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

É digno ter as cotas para os grupos menos favorecidos.



Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.

Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso? ( ) História. ( ) Geografia. ( ) Letras.  
( ) Pedagogia.  Direito.
- b- Qual a sua idade? 18
- c- Você é do sexo:  Feminino. ( ) Masculino.
- d- Você se considera: ( ) Índio/a. ( ) Branco/a. ( ) Negro/a.  
 Pardo/a. ( ) Amarelo/a.
- e- A sua renda familiar mensal é? ( ) Menos de 1 Salário Mínimo.  
 De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal. Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

( ) Sim.  Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

*o sistema de cotas, atualmente, é necessário por ser um meio de acesso à educação o que de alguma forma promove a cidadania desses pessoas por lhe dar um direito acesso a um direito seu.*

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

*As cotas promovem uma inclusão parcial, pois para que a inclusão seja total é preciso uma mudança no ensino menor e fundamental para que possa haver de fato um inclusão desses jovens.*

*crucial*





Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.

Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso? ( ) História. ( ) Geografia. ( ) Letras.  
( ) Pedagogia.  Direito.
- b- Qual a sua idade? 31
- c- Você é do sexo: ( ) Feminino.  Masculino.
- d- Você se considera: ( ) Índio/a. ( ) Branco/a. ( ) Negro/a.  
 Pardo/a. ( ) Amarelo/a.
- e- A sua renda familiar mensal é? ( ) Menos de 1 Salário Mínimo.  
 De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal. Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

( ) Sim.  Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

*Apenas de ter uma posição favorável as cotas como dinutos que foram infringidos no passado, como forma de reparar uma dívida social, acredito que a população deveria reivindicar melhor qualidade da educação pública nos anos iniciais, para que estes* →

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens? *continua*

*As cotas nas universidades públicas independente da vasta discussão se é justa ou injusta, promovem a inclusão de jovens que não teriam outra oportunidade para o acesso as universidades públicas, principalmente para os jovens de baixa renda que vivem esquecidos pelos programas sociais pelas autoridades competentes.*



Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.

Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso? ( ) História. ( ) Geografia. ( ) Letras.  
( ) Pedagogia.  Direito.
- b- Qual a sua idade? 27 anos
- c- Você é do sexo: ( ) Feminino.  Masculino.
- d- Você se considera: ( ) Índio/a.  Branco/a. ( ) Negro/a.  
( ) Pardo/a. ( ) Amarelo/a.
- e- A sua renda familiar mensal é? ( ) Menos de 1 Salário Mínimo.  
 De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal. Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

Sim. ( ) Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

*Sob meu ponto de vista, as Cotas Sociais possuem a finalidade de estruturar e facilitar o acesso de estudantes da Rede Pública ao ensino Superior.*

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

*As Cotas têm como objetivo a melhoria no modelo de ingresso na Universidade Pública, além promover maiores condições de inclusão social daqueles que não possuem uma estrutura financeira mais sólida.*



Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.  
 Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
 Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso? ( ) História. ( ) Geografia. ( ) Letras.  
 ( ) Pedagogia.  Direito.  
 b- Qual a sua idade? 20 anos  
 c- Você é do sexo:  Feminino. ( ) Masculino.  
 d- Você se considera: ( ) Índio/a.  Branco/a. ( ) Negro/a.  
 ( ) Pardo/a. ( ) Amarelo/a.  
 e- A sua renda familiar mensal é? ( ) Menos de 1 Salário Mínimo.  
 De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal.  
 Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

Sim. ( ) Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

*Como beneficiada do sistema de cotas acredito que o programa é de suma importância como veículo de inclusão social, como meio de reparar as desigualdades oriundas da deficiência no sistema social/educacional e serve como um <sup>importante</sup> ~~importante~~ meio de ~~o~~ veículo que propicia a inclusão educacional, contribuindo para a inclusão social e econômica.*

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

*Estou de acordo com todas as medidas de cotas de inclusão, pois o Estado deve exercer a função social de buscar meios para reduzir as desigualdades sociais, acredito que as cotas servem bem como um grande meio de inclusão social, porém é necessário também proporcionar um melhor sistema educacional básico e também buscar outras medidas para reforçar a inclusão social.*



Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.

Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso?  História. ( ) Geografia. ( ) Letras.  
( ) Pedagogia. ( ) Direito.
- b- Qual a sua idade? 20 anos
- c- Você é do sexo:  Feminino. ( ) Masculino.
- d- Você se considera: ( ) Índio/a. ( ) Branco/a. ( ) Negro/a.  
 Pardo/a. ( ) Amarelo/a.
- e- A sua renda familiar mensal é?  Menos de 1 Salário Mínimo.  
( ) De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal. Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

Sim. ( ) Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

Uma universidade pública é um espaço a qual todos tem direito, o sistema de cotas, bem como o sistema social e político que o envolve e no qual está inserido, é muito complexo, mas quero acreditar que o intuito desta e proporcionar igualdade de acesso, a pessoas que de foram excluídas o bastante de usufruir de seus direitos sociais.

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

Acho importante o sistema de cotas, não para afirmar a superioridade de negros ou pobres em relação a "brancos" ou pessoas de nível econômico mais alto, mas para que todas tenham oportunidades e acesso ao ensino superior, que valendo-se do esforço e da capacidade individual de cada um, lhes proporcionará alcançar um futuro melhor.



Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.

Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso?  História.  Geografia.  Letras.  
 Pedagogia.  Direito.
- b- Qual a sua idade? 20 anos
- c- Você é do sexo:  Feminino.  Masculino.
- d- Você se considera:  Índio/a.  Branco/a.  Negro/a.  
 Pardo/a.  Amarelo/a.
- e- A sua renda familiar mensal é?  Menos de 1 Salário Mínimo.  
 De 01 a 03 s. Mínimos.  De 03 a 06 s. Mínimos.  De 06 a 10 Sal. Mínimos.  Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

- Sim.  Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

O sistema de cota nas universidades públicas é algo muito polêmico. É muito comum ouvirmos falar que cor do pele não define capacidade e sendo assim, o uso das cotas chega a ser desnecessário. Porém, do ponto de vista histórico, tendo em vista toda imagem construída negativamente sobre o negro e todo cuidado que devemos ter com eles principalmente com os negros e pobres, considero um bom medida para a inclusão social dos jovens.

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

tentativa de  
construir a  
sociedade com  
direitos iguais  
para todos.



Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.

Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso?  História. ( ) Geografia. ( ) Letras.  
( ) Pedagogia. ( ) Direito.  
b- Qual a sua idade? 22  
c- Você é do sexo: ( ) Feminino.  Masculino.  
d- Você se considera: ( ) Índio/a. ( ) Branco/a. ( ) Negro/a.  
 Pardo/a. ( ) Amarelo/a.  
e- A sua renda familiar mensal é? ( ) Menos de 1 Salário Mínimo.  
 De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal.  
Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

( ) Sim.  Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

AO MESMO TEMPO QUE A COTA AJUDA AOS MENOS DES  
ELA TAMBÉM PODE DIMINUIR O INDIVÍDUO, GERANDO ASSIM  
VÁRIOS PRECONCEITOS. UM NEGRO QUE ENTRA NA UNIVERSIDADE  
DE POR COTAS PODE MOSTRAR AO MESMO TEMPO QUE NÃO  
TEM CAPACIDADE ALGUMA DE ENTRAR EM UMA UNIVERSIDADE  
SEM A MESMA (COTA) O QUE NÃO É VERDADE.

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

ACREDITO QUE COTAS DEVEM ACABAR E SE INVESTIR MAIS  
EM UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE. SE AS PESSOAS NÃO  
TEM CONDIÇÕES E FREQUENTAR UMA UNIVERSIDADE, PORQUÊ  
FACILITAR SUA ENTRADA COM COTAS? NÃO SERIA MELHOR  
MELHORAR SUA EDUCAÇÃO? ASSIM ELA ENTRARIA NA UNI-  
VERSIDADE DO MESMO JEITO QUE OS MAIS PROVIDOS DE  
EDUCAÇÃO ENTRAM.



Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.

Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso?  História. ( ) Geografia. ( ) Letras.  
( ) Pedagogia. ( ) Direito.  
b- Qual a sua idade? 18  
c- Você é do sexo: ( ) Feminino.  Masculino.  
d- Você se considera: ( ) Índio/a.  Branco/a. ( ) Negro/a.  
( ) Pardo/a. ( ) Amarelo/a.  
e- A sua renda familiar mensal é? ( ) Menos de 1 Salário Mínimo.  
( ) De 01 a 03 s. Mínimos.  De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal.  
Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

( ) Sim.  Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

*Cotas sociais incluem, Cotas raciais não. Posição social afeta as oportunidades de um indivíduo, mas não significa que não há um grupo que tem vantagens em relação aos outros, mas hoje esse grupo é definido por suas poses e não por sua etnia.*

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

*cc*



Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.  
 Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
 Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso?  História. ( ) Geografia. ( ) Letras.  
 ( ) Pedagogia. ( ) Direito.
- b- Qual a sua idade? 31
- c- Você é do sexo:  Feminino. ( ) Masculino.
- d- Você se considera: ( ) Índio/a. ( ) Branco/a. ( ) Negro/a.  
 Pardo/a. ( ) Amarelo/a.
- e- A sua renda familiar mensal é? ( ) Menos de 1 Salário Mínimo.  
 De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal.  
 Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

Sim. ( ) Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

*Eu sou a favor das cotas, pois nem todo jovem pode estudar em uma boa escola. E com as cotas os jovens têm esta liberdade na cidadania e facilita a entrada nas universidades.*

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

*Acho que o número de cotas deveria ser maior para favorecer os jovens que querem entrar em uma universidade, talvez dessa maneira elitária o número de candidatos na sociedade.*





Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.

Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso?  História. ( ) Geografia. ( ) Letras.  
( ) Pedagogia. ( ) Direito.
- b- Qual a sua idade? 21 anos
- c- Você é do sexo:  Feminino. ( ) Masculino.
- d- Você se considera: ( ) Índio/a. ( ) Branco/a.  Negro/a.  
( ) Pardo/a. ( ) Amarelo/a.
- e- A sua renda familiar mensal é? ( ) Menos de 1 Salário Mínimo.  
 De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal. Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

( ) Sim.  Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

*Na minha visão, dá a entender que o índio e o negro não tem capacidade concorrer os vagas "normais", tipo usam disso como desculpa pelas atitudes passadas.*

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

*Na minha opinião ela não é justa, muitas pessoas se aproveitam dela, pertence a rede particular e se matricula na pública para adirir as cotas*



Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.

Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso?  História. ( ) Geografia. ( ) Letras.  
( ) Pedagogia. ( ) Direito.
- b- Qual a sua idade? 19
- c- Você é do sexo:  Feminino. ( ) Masculino.
- d- Você se considera: ( ) Índio/a. ( ) Branco/a. ( ) Negro/a.  
 Pardo/a. ( ) Amarelo/a.
- e- A sua renda familiar mensal é? ( ) Menos de 1 Salário Mínimo.  
 De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal. Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

( ) Sim.  Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

As cotas (raciais ou sociais) permitem na perspectiva de um âmbito amplo o melhor acesso às universidades. Logo, acredito na importância desta pois, é fato que há todo um processo político de séculos que permitiram a exclusão das classes mais abastadas.

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

São profetas necessários para a inclusão social, porque permitem a entrada de todos as classes raciais nas instituições universitárias.



Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.  
 Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
 Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso?  História. ( ) Geografia. ( ) Letras.  
 ( ) Pedagogia. ( ) Direito.  
 b- Qual a sua idade? \_\_\_\_\_  
 c- Você é do sexo: ( ) Feminino. ( ) Masculino.  
 d- Você se considera: ( ) Índio/a. ( ) Branco/a.  Negro/a.  
 ( ) Pardo/a. ( ) Amarelo/a.  
 e- A sua renda familiar mensal é? ( ) Menos de 1 Salário Mínimo.  
 De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal.  
 Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

Sim. ( ) Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

*Por ser um meio de inclusão social é de grande importância para muitos jovens, que sofrem por preconceitos raciais ou de classe social, sejam por falta de atuação no ambiente escolar ou em qualquer ambiente público.*

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

*Acredito que seja uma medida necessária, pois, não deve-se desconsiderar o grande excesso de desclassificação das pessoas negras ao longo dos períodos históricos, e a grande quantidade de pensamentos racistas ainda existentes na sociedade que geram exclusão explícita.*



Prezado Colega Estudante,

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) farei uma reflexão sobre as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas da Paraíba, ou seja, as Cotas Sociais e Raciais nas Universidades Públicas, em especial na UEPB. Portanto, solicito a sua colaboração e participação nesse feito, respondendo a este questionário acerca da sua percepção sobre essa política pública instituída no Brasil.

Antecipadamente agradeço.  
 Suzyelle Henrique dos Santos (Estudante do Curso de História)  
 Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)

1- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- a- Qual o seu curso?  História. ( ) Geografia. ( ) Letras.  
 ( ) Pedagogia. ( ) Direito.  
 b- Qual a sua idade? 22  
 c- Você é do sexo:  Feminino. ( ) Masculino.  
 d- Você se considera: ( ) Índio/a. ( ) Branco/a. ( ) Negro/a.  
 Pardo/a. ( ) Amarelo/a.  
 e- A sua renda familiar mensal é? ( ) Menos de 1 Salário Mínimo.  
 De 01 a 03 s. Mínimos. ( ) De 03 a 06 s. Mínimos. ( ) De 06 a 10 Sal. Mínimos. ( ) Mais de 10 Sal. Mínimos.

2- Você teve acesso à UEPB através das cotas sociais?

Sim. ( ) Não.

3- Dê sua opinião sobre as cotas (raciais ou sociais) nas universidades públicas brasileiras e o exercício da cidadania entre jovens brasileiros?

*As cotas são de grande importância no exercício da cidadania, pois elas promovem a inclusão social dos grupos menos favorecidos.*

4- Qual a sua opinião com relação às cotas nas universidades públicas brasileiras e a inclusão social dos jovens?

*As cotas nas universidades públicas são de grande importância para a inclusão de muitos jovens na vida acadêmica, principalmente daqueles com baixa renda.*